

COLÓQUIO INTERNACIONAL

MAR DOS AÇORES, MAR DE PORTUGAL, MAR DA EUROPA APROFUNDAR O PASSADO PARA PROJECTAR O FUTURO



© José Luís Ávila Silveira/Pedro Noronha e Costa

RESUMOS

27 NOVEMBRO

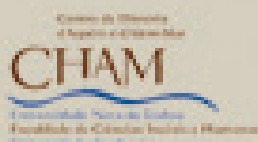
MUSEU VIVO DO FRANCISCANISMO

28 NOVEMBRO

ANFITEATRO C - CAMPUS P. D. - UAC

29 NOVEMBRO

CINE TEATRO LAGOENSE



PONTA DELGADA

2014

Mar dos Açores, Mar de Portugal, Mar da Europa
aprofundar o passado para projetar o futuro

Colóquio Internacional

*Mar dos Açores, Mar de Portugal, Mar da Europa
aprofundar o passado para projetar o futuro*

RESUMOS



Ponta Delgada

2014

FICHA TÉCNICA

Título: *Mar dos Açores, Mar de Portugal, Mar da Europa
aprofundar o passado para projetar o futuro*

Nota de Apresentação: Margarida Vaz do Rego Machado

Organização e Edição: Duarte Nuno Chaves
Ricardo Madruga da Costa

Autores: Vários

Editor: Centro de História d’Aquém e d’Além-Mar
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidades Nova de Lisboa
Universidade dos Açores

Capa: Carla Veloso

Fotografia: José Luís Ávila Silveira / Pedro Noronha e Costa

Depósito Legal: 384220/14

ISBN: 978 989 8492 26 5

Data de Saída: 27 de novembro de 2014

Tiragem: 300 exemplares

Execução Gráfica: Ega - Empresa Gráfica Açoreana, Lda.

Repositório da Universidade dos Açores <http://hdl.handle.net/10400.3/3201>

Repositório da Universidade Nova de Lisboa <http://run.unl.pt/handle/10362/2273>

Apoios:



ENTIDADES PROMOTORAS

Centro de História d'Aquém e d'Além Mar
Universidade dos Açores
Universidad Pablo de Olavide
Câmara Municipal da Ribeira Grande
Câmara Municipal de Lagoa

COMISSÃO CIENTÍFICA

António Machado Pires
Artur Teodoro de Matos
Avelino de Freitas Meneses
João Paulo Oliveira e Costa
Juan Marchena Fernández

COMISSÃO ORGANIZADORA

Duarte Nuno Chaves
Margarida Vaz do Rego Machado
Ricardo Madruga da Costa

SUMÁRIO

Nota de Apresentação

Programa

27 de novembro

Museu Vivo do Franciscanismo, cidade da Ribeira Grande

Sessão de Abertura

Resumos:

Discurso do Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Grande

Conferência de Abertura

Comunicações

28 de novembro

Universidade dos Açores, anfiteatro C, campus universitário de

Ponta Delgada

Resumos das Comunicações

29 de novembro

Cine Teatro Lagoense, cidade de Lagoa

Resumo das Comunicações

Mesa Redonda

NOTA DE APRESENTAÇÃO

Desde sempre o mar foi fundamental na definição da identidade e das fronteiras de Portugal e os Açores, por força do mar, foram sustentáculo da expansão de Portugal no Mundo, sendo igualmente o mar dos Açores um dos elementos determinantes da dimensão oceânica da União Europeia.

Cientes desta importância e impelidos pelo repto lançado em 1982 pela convenção da Nações Unidas, que “todos os assuntos do mar estão interligados e devem ser tratados como um todo”, o Centro de História d’Aquém e d’Além Mar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e da Universidade dos Açores promove *o Colóquio Internacional Mar dos Açores, Mar de Portugal e Mar da Europa. Aprofundar o passado e projetar o futuro*, que assenta no cruzamento dos saberes da História com os demais contributos das ciências sociais, humanas, naturais e tecnológicas.

Neste desafio o CHAM conta com importantes parcerias científicas e institucionais, nomeadamente o da Universidade de Pablo de Olavide (UPO), o do Governo Regional dos Açores, Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia, assim como dos municípios da Ribeira Grande (CMRG) e Lagoa (CML).

Margarida Vaz do Rego Machado
Presidente da Comissão Organizadora

Ponta Delgada, 27 de novembro de 2014

PROGRAMA

17h 30m – Sessão de Abertura

Conferência

18h 00m – João Paulo Oliveira e Costa

Entre a periferia e a centralidade: Portugal e o Mar

1º Painel

Moderador: Margarida Vaz do Rego Machado

18h 40m – Manuel Sílvio Alves Conde

Medos do mar, devoções marinheiras: O culto de S. Pedro Gonçalves Telmo

19h 00m – Duarte Nuno Chaves

A tradição de vestir imagens religiosas e a sua difusão no espaço Ibero-americano nos séculos XVI a XVIII

19h 20m – María de los Reyes Hernández Socorro

La importación de obras de arte flamencas desde los archipiélagos atlánticos. El caso del Retablo de las Nieves de Joos van Cleve en Agaete (Gran Canaria)

19h 40m- Debate

20h 00m – Encerramento dos trabalhos

Universidade do Açores
Campus de Ponta Delgada, 28 de novembro

2º Painel

Moderador: Artur Teodoro de Matos

09h 00m – António Machado Pires

Mare Nostrum “O mar português de Fernando Pessoa”

09h 20m – Maria Leonor Sampaio

O mar nas imagens e narrativas de viajantes estrangeiros nos Açores

09h 40m – Wellington Nascimento

O mar, as viagens, as pessoas e os objetos

10h 00m – Inês Amorim

The “mental interaction” – myths and ideology as influent constrains of ocean resources governance

10h 20m – Santiago de Luxán Meléndez

Los flujos del tabaco en la Carrera de Indias durante el siglo XVIII: el papel del archipiélago canario

10h 40m – Debate

10h 50m – Coffee break

3º Painel

Moderador: Susana Serpa Silva

11h 00m – Artur Teodoro de Matos

Os Açores na defesa do comércio ibérico dos séculos XVI-XVII

11h 20m – Juan Marchena Fernández & Nayibe Gutierrez Montoya

Atacar as Ilhas /Defender as Ilhas. O funcionamento do sistema de fortificações do arquipélago dos Açores no contexto dos ciclos de guerras entre as monarquias Portuguesa e Espanhola na Idade Moderna. 1580-1585; 1640-1645; 1702-1714; 1762-1777

11h 40m – Montserrat Gárat

Flujos comerciales y financieros a través del Atlántico (1700-1850)

12h 00m – Justo Cunho

Portugueses en la Reconquista de la América Española (1815-1819)

12h 20m – Debate

12h 40m – Almoço

4º Painei

Moderador: Juan Marchena Fernández

14h 30m – Amélia Polónia

Portos atlânticos – nós estratégicos de uma rede de comunicações e transferências a uma escala global

14h 50m – Sandra Monteiro

A posição geoestratégica dos Açores no Comércio Atlântico: o contributo do Concelho da Lagoa no período republicano

15h 10m – Joaquim Romero Magalhães

Um Império sobre as ondas: dinâmicas e políticas do Atlântico no tempo de D. João III ou as preocupações de um rei absoluto

15h 30m – José Damião Rodrigues

As ilhas, essas desconhecidas: a *Atlantic history* vista a partir da periferia insular

15h 50m – Susana Serpa Silva

Histórias dos mares dos Açores – um contributo para a História do Atlântico no século XIX

16h 10m – Debate

16h 20m – Coffee break

5º Painel

Moderador: Santiago Luxán Meléndez

16h 40m - Licínio Tomás

As Comunidades Marítimas entre desafios ambientais e indeterminações sociais

17h 00m – Cristina Brito

O futuro da investigação sobre o passado dos oceanos

17h 20m – José Bettencourt

Salvaguardar porquê? 7 anos de minimização do impacto sobre o património cultural subaquático no âmbito da construção do novo terminal de passageiros do porto da Horta

17h 40m – Patrícia Carvalho

A louça de Aveiro nos Açores e a circulação de cerâmica no Atlântico nos séculos XVI e XVII

18h 00m – Debate

18h 20m – Encerramento dos trabalhos

Cine Teatro Lagoense

Lagoa, 29 de novembro

6º Painel

Moderador: Cristina Brito

9h 30m – Márcia Dutra Pinto, Carla Dâmaso & José Bettencourt

Para a valorização do património marítimo do Atlântico: a exposição “Histórias que vêm do Mar” e outras iniciativas nos Açores

09h 50m – Jean Yves Blot

O Oceano e a Arqueologia do Longo Prazo (inventário das memórias antrópicas em zonas abissais e diacronia transdisciplinar do estatuto de «detrito» da era industrial)

10h 10m – N’Zinga Oliveira

Vila Franca do Campo, entre a terra e o mar (séculos XVI-XX)

10h 30m – Ana Catarina Garcia

O funcionamento do sistema portuário de Angra (séculos XVI-XVIII).
Vestígios aquáticos e terrestres

10h 50m – Debate

11h 10m – Coffee break

11h 20m – Mesa Redonda

O Mar nos Açores do Futuro

Moderador: Carmo Rodeia

Carlos Amaral

Jorge Bacelar Gouveia

Luz Paramio

Ricardo Santos

13h 00m – Debate

13h 20m – Encerramento do Colóquio

MUSEU VIVO DO FRANCISCANISMO

Ribeira Grande, 27 de novembro

Boas-vindas pelo Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Grande

Virado a norte com toda a costa banhada pelo oceano Atlântico, o concelho da Ribeira Grande sempre teve uma forte ligação ao mar, principalmente no que à atividade piscatória diz respeito. É bem conhecida a faina da pesca na vila de Rabo de Peixe, mas existem outras potencialidades que o mar nos oferece que importa valorizar no futuro próximo. Desde logo uma frente marítima que apresenta paisagens únicas, portos de pesca que podem ser recuperados, reaproveitados e projetados a curto/médio prazo, entroncando num maior índice de empregabilidade e consequente dinamização da economia.

A Ribeira Grande apresenta locais à beira-mar plantados de beleza rara que podem captar fluxos turísticos de relevância para o concelho.

A aposta na economia de mar é uma aposta de futuro. É por isso que queremos, de uma vez por todas, virar a Ribeira Grande para o mar. Como? Dando continuidade à intervenção já iniciada que visa requalificar a frente marítima potenciando as praias do Monte Verde e Santa Bárbara. Essa intervenção, necessariamente faseada mas perfeitamente exequível ao longo dos próximos anos, vai permitir reforçar a diversidade da oferta, seja no que à excelência das nossas praias diz respeito, como a todos os desportos que lhes estão associados, com especial enfoque no surf.

A Ribeira Grande já é conhecida como a capital dos Açores do surf, mas queremos mais. É importante gerar receitas através da fixação no concelho de empresas direcionadas para o mercado de observação de cetáceos, mergulho ou pesca desportiva, entre outras.

São mais-valias que estamos empenhados em concretizar com o propósito de dar um novo começo à Ribeira Grande na economia de mar, alargando para outras áreas de negócio um recurso natural que tem sido, e bem, explorado ao nível da pesca.

Alexandre Branco Gaudêncio

Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Grande

Ribeira Grande, 27 de novembro de 2014

CONFERÊNCIA DE ABERTURA

João Paulo Oliveira e Costa

CHAM (FCSH/NOVA-UAc)

Entre a Periferia e a Centralidade: Portugal e o Mar

Localizado no extremo sudoeste da Eurásia, encurralado entre o potentado castelhano e o mar oceano informe e desconhecido, Portugal começou por ser uma finisterra da Cristandade. Capaz de sobreviver aos apetites hegemónicos dos reinos vizinhos, cedo encontrou no mar uma chave para a sua afirmação como reino independente. Condados e reinos do Atlântico norte ligaram-se a Portugal pelo comércio, pela guerra e pelos casamentos reais. Em meados do século XIII, D. Afonso III ordenou que o comércio externo fosse canalizado pelo mar e não por vias terrestres – era no mar que o reino podia assegurar a liberdade.

Passado um século, Portugal começou a encarar o mar como um meio de projecção política – a via por que poderia alargar os seus domínios territoriais, o que começou a ser concretizado no século seguinte. Primeiro o assalto a Ceuta, depois a ocupação dos arquipélagos da Madeira e dos Açores que proporcionou a configuração definitiva e natural do país, e depois o começo das Descobertas.

Os Portugueses transformaram o Mar oceano desconhecido no oceano Atlântico que rapidamente se tornou no eixo da navegação mundial. E assim, o mar que bordejava um reino periférico tornou-se central e deu centralidade ao próprio país na sua relação com o mundo.

E ainda hoje o mar continua a ser uma dimensão essencial da portugalidade.

1º PAINEL

RESUMO DAS COMUNICAÇÕES

Manuel Sílvio Alves Conde

Título:

Medos do mar, devoções marinheiras: O culto de S. Pedro Gonçalves Telmo.

Palavras-chave:

Medos do mar. Devoções marinheiras. S. Pedro Gonçalves Telmo.

Resumo:

Nas representações mentais do Ocidente Medieval, os medos do mar tiveram, até bem tarde, uma expressão muito forte. Na periferia do mundo habitado e ordenado pelos cristãos, o oceano era conceptualizado como um espaço desordenado, caótico e imprevisível, habitado por seres disformes. Atravessá-lo significava, para o homem (cristão) enfrentar o mal, correr os maiores perigos.

Nos séculos XII e XIII, um novo olhar sobre o oceano ia-se afirmando a partir das regiões costeiras, em relação com a retoma das dinâmicas urbanas e mercantis e com o relativo sucesso obtido sobre os povos hostis que disputavam à Cristandade Ocidental o acesso ao mar. Populações das comunidades litorais inscreviam este no seu quotidiano, demandando os respectivos recursos para garantir a subsistência e animar as economias locais, enquanto cruzados o atravessavam rumo à Terra Santa e mercadores nele traçavam rotas de grande comércio.

O apelo do mar, encarado como realidade a ser conhecida, transitada e rentabilizada, levaria ao desenvolvimento de crenças, práticas e rituais propiciatórios capazes de neutralizar as forças maléficas que lhe andavam associadas. Um amplo trabalho de reformulação de memórias dos Antigos ou das Cristandades periféricas (sobretudo do cristianismo celta) pelos clérigos letrados prepararia a cristianização do mar, pontuado por ilhas, a que a presença de santos e eremitas era associada.

Na fachada atlântica da Península Ibérica, o alento das fainas marítimas acentuava a demanda de protectores celestes: santos cujas relíquias atravessaram o mar hostil no regresso a terras cristãs — Santiago, S. Vicente —, ou que enfrentaram em vida os perigos oceânicos, superando medos e tragédias: S. Brandão, Santo Amaro, S. Pedro Gonçalves Telmo.

Freire dominicano, este último desenvolveu até à sua morte, em 1236, um significativo esforço de evangelização e de apoio às comunidades marítimas da Galiza e do Norte de Portugal. Famoso pelos milagres realizados em favor de mareantes e pescadores, o culto de S. Pedro Gonçalves, ou do “Corpo Santo”, viria a expandir-se por toda a fachada marítima, da Biscaia à Andaluzia. Em Portugal, quase todos os centros marítimos de relevo constituíram confrarias, ergueram templos e altares àquele consagrados, nos últimos séculos da Idade Média. A expansão marítima portuguesa e castelhana levaria o culto às ilhas da Macaronésia, ainda em Quatrocentos. Em Quinhentos, passaria à América espanhola e ao Brasil, em Seiscentos, a Angola. O culto adquiria então uma vastíssima implantação atlântica, que ainda hoje perdura. Assim, topamos, em espaços da expansão portuguesa e espanhola, inúmeras referências toponímicas a Santelmo, ou ao Corpo Santo. Comuns são também as invocações do protector, ou as ostentações dos seus símbolos, nas embarcações piscatórias de múltiplas comunidades oceânicas. Ou, desde a América Central às Canárias, festividades que incluem cortejos processionais em que a imagem do santo é levada em barco a percorrer o porto local.

Nota Biográfica:

Professor Auxiliar, com Agregação, do Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais da Universidade dos Açores. Investigador do Instituto de Estudos Medievais e do CITCEM. Licenciado em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e Mestre em História Medieval pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, concluiu o Doutoramento em História na Universidade dos Açores e a Agregação na Universidade Nova de Lisboa. Autor dos livros *Tomar medieval. O espaço e os homens* (1996), *Horizontes do Portugal medieval. Ensaio histórico* (1999), *Uma paisagem humanizada. O Médio Tejo nos finais da Idade Média* (2 volumes, 2000), *O hospital medieval do Espírito Santo e a assistência caritativa portuguesa* (2004), *Construir, habitar: a casa medieval* (2011), colaborador das obras (dirigidas por José Matto-

so) *História da vida privada em Portugal* (2010) e *Historiography of Medieval Portugal. c.* (2012), co-editor (com Iria Gonçalves) dos *Tombo da Ordem de Cristo*, vol. 2 - *Comendas do Médio Tejo* (2005) e vol. IV - *Comendas do Noroeste* (2008), director de *Media Aetas* (1.^a e 2.^a séries, desde 1999). O seu campo de investigação abrange temas de história urbana, urbanismo e património urbano, confraternidade e assistência caritativa, história rural, organização do espaço e paisagem, construção e habitação corrente, história do quotidiano.

Duarte Nuno Chaves

Título:

A tradição de vestir imagens religiosas e a sua difusão no espaço Ibero-americano nos séculos XVI a XVIII

Palavras-chave:

Imagem de vestir, tradição, costume, difusão e fé.

Resumo:

Esta comunicação tem como intenção abordar o fenómeno relativo à difusão do costume de vestir as esculturas devocionais por parte de vários movimentos religiosos católicos, fenómeno, este que teve o seu epicentro em Espanha e Portugal, nos séculos XVI a XVIII. A imaginária devocional num contexto de Contra Reforma assumiu um carácter didático na difusão da fé nos locais de culto junto de uma população maioritariamente analfabeta.

Em Espanha, esta prática teve como momento alto a paramentação da “Virgem da Soledade”, obra contida no altar-mor da igreja do Convento da Victoria em Madrid, cabendo o patrocínio e responsabilidade da sua paramentação, respetivamente, a Isabel de Valois (1545-1568), terceira rainha consorte de Filipe II de Espanha, e María de la Cueva y Álvarez de Toledo (1490-1566), condessa de Ureña.

No que diz respeito ao reino português, não podemos afirmar que a crise de sucessão que assolou Portugal no final do século XVI, e que teve como resultado a união dinástica entre as monarquias de Portugal e de Espanha, de 1580 a 1640, materializada na denominada dinastia Filipina, possa ter tido uma influência direta de costumes no que concerne à divulgação da imaginária de vestir em Portugal, embora as fontes nos apontem que esta tradição estava consolidada em território luso, no século XVI.

Uma das primeiras notícias que nos menciona a devoção nas representações escultóricas Marianas, e a sua materialização através de imagens de vestir, é fornecida por frei Agostinho de Santa Maria (1642-1728) através da sua obra “Santuário Mariano, e Historia das Imagens milagrosas de Nossa Senhora”, coletânea organizada no primeiro quartel de setecentos.

Fruto da expansão dos impérios ibéricos, a tradição de paramentar escultura e exibi-la em cortejos processionais propagou-se ao longo do espaço Ibero-americano através de um conjunto de manifestações religiosas, nomeadamente durante a Semana Santa, época em que as imagens de vestir se tornam atores num ato de teatro litúrgico, em que nos são retratados os momentos da Paixão de Cristo.

Nota Biográfica:

Natural da cidade do Funchal é mestre em Património Museologia e Desenvolvimento pela Universidade dos Açores e licenciado em Património Cultural, pela mesma instituição de ensino superior.

Promove, atualmente, investigação académica no âmbito do Programa de Doutoramento em História da Arte, da Universidade de Évora. A sua investigação incide no estudo das tradições processionais da Ordem Terceira da Penitência nos séculos XVII a XIX, em particular no contexto da atividade de catequização que os franciscanos desenvolveram no arquipélago dos Açores, designadamente na utilização das “imagens de vestir”.

Como investigador do Núcleo do CHAM (FCSH/NOVA-UAc), coordena vários projetos de Mediação Cultural e Educação Patrimonial

junto das escolas do ensino básico e secundário, na ilha de S. Miguel, desenvolvendo ainda atividades nas áreas do Património e Museologia, sendo de destacar a corresponsabilidade do Projeto Científico do Museu Vivo do Franciscanismo, na cidade da Ribeira Grande.

María de los Reyes Hernández Socorro

Título:

La importación de obras de arte flamencas desde los archipiélagos atlánticos. El caso del Retablo de las Nieves de Joos van Cleve en Agaete (Gran Canaria).

Palabras-chave:

Azúcar, arte flamenco, Canarias, Agaete, Joos van Cleve.

Resumo:

El azúcar ha sido uno de los temas recurrentes de la historiografía canaria y constituye uno de los ejes de relación del Archipiélago con el mundo europeo, americano y africano. A través de uno de los dos grandes ciclos históricos- el correspondiente a los Tiempos Modernos relacionado con el final del siglo XV y principios del siglo XVI- podemos acercarnos a un heterogéneo y rico patrimonio cultural, fruto del hermanamiento entre Economía y Arte, que se da tanto en las islas Canarias como en los archipiélagos portugueses. En esta entrega nos referiremos al caso del Retablo flamenco de la Virgen de las Nieves de Joos van Cleve, relacionado con el ingenio azucarero de la localidad gran Canaria de Agaete, fundado por el Adelantado Alonso Fernández de Lugo y posteriormente traspasado al comerciante genovés Antón Cerezo.

Nota Biográfica:

María de los Reyes Hernández Socorro es Catedrática de Historia del Arte de la Universidad de Las Palmas de Gran Canaria. Pertenece al grupo de investigación Teoría de Historia del Arte y la Arquitectura de

dicha Universidad. Es Hija Predilecta de la Ciudad de Las Palmas de Gran Canaria (2010) y pertenece al Consejo de Patrimonio Histórico de Canarias y al Consejo de Cultura de Canarias. Fue vocal de la Comisión Nacional Técnica de Expertos para la valoración de los supuestos determinantes de la excepcionalidad en la retirada de símbolos. Miembro de la Junta Directiva del Comité Español de Historia del Arte CEHA (2000-2008). Presidenta del XVI Congreso Nacional de Historia del Arte organizado por el Comité Español de Historia del Arte (CEHA) en Las Palmas de G. C. (noviembre de 2006).

Sus principales líneas de investigación se han centrado en los temas relacionados con la Gestión del Patrimonio Histórico Artístico, Arte y Género y la Pintura del siglo XIX. En la actualidad colabora con un grupo de investigadores españoles y portugueses en la realización de un amplio proyecto sobre el Sistema Atlántico del Tabaco (SAT). Es Coordinadora en la Universidad de Las Palmas de Gran Canaria del Máster oficial interuniversitario en Gestión del Patrimonio Artístico y Arquitectónico, Museos y Mercado del Arte, organizado por la Universidad de Santiago de Compostela y la ULPGC. Ha comisariado en el Archipiélago Canario significativas exposiciones desde 1998 hasta el 2013. Ha realizado más de un centenar de publicaciones en forma de libros, capítulos de libros y artículos de su especialidad. Entre las últimas figuran *Nuevas formas. Nuevas aportaciones. Los pintores canarios en la encrucijada del siglo XIX* (2009), *Menchu Gal. Creando en el silencio* (2012) y *Construcciones de Eva* (2013).

UNIVERSIDADE DOS AÇORES
Anfiteatro C
***Campus* universitário de Ponta Delgada**
28 de novembro

2º PAINEL

RESUMO DAS COMUNICAÇÕES

António Manuel Bettencourt Machado Pires

Título:

Mare Nostrum. O “mar português” de Fernando Pessoa

Resumo:

O mar tem expressão espacial na parte “Mar Português” da *Mensagem* de Fernando Pessoa. É um espaço de sofrimento cristãmente visto como glória salvífica e patrioticamente invocado como busca do fim do mundo geográfico. É também uma exortação para o futuro, pelo que o poema pessoano é Portugal havido e Portugal a haver. O mar é gerador de uma força mítica de expansão para um V Império agora pelo espírito e pela cultura.

Na expansão e nas navegações houve também muita ambição, ganância (navios sobrecarregados) e incúria (navios tecnicamente depauperados), mas o mar é espaço corajosamente a enfrentar para Portugal, agora também pela ciência e pelas riquezas que contem.

Somos um país do mar.

Nota Biográfica:

Professor Catedrático aposentado da Universidade dos Açores.

Nascido em Angra do Heroísmo, Terceira, Açores.

Foi assistente de Vitorino Nemésio e de Jacinto Prado Coelho na Faculdade de Letras de Lisboa. Doutorou-se em 1979 com uma tese sobre a ideia de decadência na Geração de 70 (publicada em duas edições).

Foi Reitor da Universidade dos Açores de 1983 a 1995. Publicou livros sobre o Sebastianismo (*D. Sebastião e o Encoberto: estudo e antologia*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian; Herculano, Vitorino Nemésio, Raúl Brandão, Século XIX, questões universitárias (*Universidade, Tecnologia e Humanismo*, 1995). Tem dezenas de artigos e intervenções em congressos. O seu *Luz e Sombras no Século XIX em Portugal* (Imprensa Nacional) rendeu-lhe o prémio P.E.N. Club (ensaio).

Além do ensino universitário (cadeiras de Cultura e Literatura Portuguesa, mestrados, doutoramentos, como orientado), interessa-se por televisão, em a qual colaborou sobre Vitorino Nemésio e sobre os Açores.

res. O seu último livro – *Páginas sobre a Açorianidade* (Ponta Delgada, 2013) motivou uma série de dez programas de televisão, intitulado “Açorianidade”.

Faz parte do Conselho Editorial da Imprensa Nacional Casa da Moeda, desde 1996.

Grande Oficial da Ordem de Instrução.

Insígnia Autónoma de Reconhecimento.

Leonor Sampaio da Silva

Título:

O mar nas imagens e narrativas de viajantes estrangeiros nos Açores

Palavras-chave:

Mar, insularidade, imagem, cultura, identidade, viagem.

Resumo:

O mar sempre constituiu uma fonte de inspiração para a criação artística. Participando da própria definição de arquipélago, apresenta-se como uma parcela determinante da realidade insular. Não estranha, portanto, que a sua presença se faça sentir nos escritos dos viajantes que visitaram os Açores. A partir de dois relatos de viagem de estrangeiros que estiveram nestas ilhas no século XIX, procurar-se-á analisar as representações visuais e verbais do mar enquanto documentos culturais reveladores quer de um gosto enquadrado histórica e esteticamente quer de uma rede de memórias literárias e artísticas que, embora evocando outros tempos e lugares, não resiste a falar de si sempre que se depara com o Outro.

Nota biográfica:

É Professora Auxiliar da Universidade dos Açores, onde leciona disciplinas nas áreas da Tradução, da Cultura Contemporânea e dos Estudos Visuais, e coordena o Mestrado em Tradução e Assessoria Linguística.

É também membro integrado do CHAM (FCSH/NOVA-UAc) e pertence, desde 2011, à Comissão Científica do Plano Regional de Leitura.

Licenciada em Línguas e Literaturas Modernas (Português e Inglês), fez Mestrado na Universidade Nova de Lisboa, em Estudos Anglo-portugueses, com uma dissertação sobre o ensaísmo político e educacional em H. G. Wells. Tem um Doutoramento em Estudos Anglo-americanos, na especialidade de Cultura Inglesa, com uma tese sobre o projeto cultural de Bertrand Russell.

Tem orientado dissertações de mestrado em Cultura Contemporânea, e em Estudos de Tradução. Além de diversos artigos e capítulos que publicou nas suas áreas de interesse, é autora dos livros *Um pacto com as artes. 30 anos da Academia das Artes dos Açores* (2010); *Laranjas, Dickens e São Miguel* (2010) e co-autora de *Um Observador Observado* (2013). Recebeu, em 2014, o Prémio de Humanidades Daniel de Sá.

Wellington Nascimento

Título:

O mar, as viagens, as pessoas e os objetos

Palavras-chave:

Açores, Arte, África, Museu, Património.

Resumo:

Em meados do século XIX o Museu Carlos Machado, incorporou ao seu espólio um conjunto de artefatos africanos doados pelo 2º Conde de Fonte Bela, Jacinto da Silveira Gago da Câmara, esses artefatos originalmente pertenceram ao Contra-Almirante Pedro Carlos de Aguiar Craveiro Lopes (Capitão do Porto de Ponta Delgada entre 1886 e 1888). Após a sua morte a Sr.^a D.^a Mariana Âmbar, viúva do Contra-Almirante, vendeu o espólio por um conto de reis ao 2º Conde de Fonte Bela. A Coleção é um acervo unitário e fechado, com cerca

de 600 peças, de diversas etnias e localidades da África e é composta de estatuetas, máscaras, armas, instrumentos musicais, encostos de cabeça, etc., sendo mais comuns as peças de madeira e metal. Pouco mais se sabe sobre a Coleção e a gênese de sua formação, e até a data da incorporação da Coleção no acervo do MCM também é imprecisa, constando apenas o primeiro registo da sua catalogação, em 20 de abril de 1893, da responsabilidade do Sr. Manoel Antonio de Vasconcelos, preparador do Museu nesse período. Inicialmente localizado no antigo Liceu Nacional de Ponta Delgada, situado no edifício do extinto Convento dos Gracianos, em 1943, o MCM foi instalado no antigo Convento de Santo André e desde esta data (1943) a Coleção Africana encontra-se instalada numa das salas do Convento, e reservada do público até ao presente, pela ausência de pesquisa aprofundada e sistemática sobre o espólio de características muito particulares por comparação com os restantes núcleos existentes no Museu.

Nota Biográfica:

Licenciado em Património Cultural pela Universidade dos Açores e mestre em Património Museologia e Desenvolvimento pela mesma Universidade, Doutorando em História da Arte pela Universidade de Évora ao abrigo de uma Bolsa de Doutoramento da Direção Regional da Ciência e Tecnologia do Governo Regional dos Açores. É músico profissional, investigador do Centro de Estudos Gaspar Frutuoso da Uaç, assistente de investigação do CHAM (FCSH/NOVA-UAc) e investigador colaborador do CHAIA – Centro de História de Arte e Investigação Artística da Universidade de Évora. É Formador na Rede Valorizar e coordena projetos de Mediação Cultural e Educação Patrimonial, junto das escolas do Ensino Básico e Secundário no arquipélago dos Açores, desenvolvendo ainda atividades de investigação nas áreas do Património, Museologia e Musicologia.

Inês Amorim

Título:

Mito e ideologia na construção de uma ideia/projecto de governança e gestão dos recursos oceânicos/ The “mental interaction” – myth and ideology as influent constrains of ocean resources governance and management

Palavras-chave:

Recursos, ideologia, governança, conflito.

Resumo:

O objectivo desta comunicação é o de reflectir sobre as concepções/percepções que se desenvolveram, ao longo do tempo, acerca do modo de governar e gerir os recursos marinhos. Governança descreve uma função social centrado nos esforços para orientar as acções dos seres humanos para alcançarem resultados desejáveis e evitar os indesejáveis. Abrange objectivos, processos e estruturas institucionais que são a base para o planeamento e tomada de decisões, e prepara o palco no qual ocorre a gestão. Gestão refere-se ao processo pelo qual os recursos humanos e materiais são utilizados para atingir um objectivo definido dentro de uma estrutura institucional conhecido.

Uma visão institucional é apenas uma das abordagens, embora ela se cruze com outros olhares, a dos cientistas e a dos utilizadores privilegiados desses recursos, o dos homens do mar/terra (pescadores, salinheiros, marinheiros).

Servir-nos-emos de documentos institucionais, procurando observar tensões/conflitos nesta construção entre o presente e o passado, na tomada de consciência desses mesmos recursos, sendo que se procurará colocar, como hipótese, a recorrência a mitos que se transformaram em ideologia, ou seja, o recurso ideológico como processo organizacional, oscilando entre a abundância sem fim dos recursos e o seu controlo.

Nota Biográfica:

Nome: Inês Amorim (Maria Inês Ferreira de Amorim Brandão da Silva)

Categoria: Professora Associada com Agregação, Doutorada em História Moderna e Contemporânea pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP), docente do Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais (DHEPI) da mesma Faculdade.

Investigadora da I&D CITCEM (Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória) <http://www.citcem.org/>? Membro da Comissão Directiva do Centro Oceanus da Universidade do Porto <http://www.oceanus.up.pt/>

Domínio(s) de especialidade: História Moderna e Contemporânea

Sub-áreas: história e património marítimo (história dos recursos marítimos e evolução das paisagens: sal, pesca, portos); história do ambiente, História do Clima, dos Preços, História do Trabalho, História da Assistência e do Crédito.

Investigadora de projectos de I&D com financiamento da FCT, do QREN, de Autarquias e Instituições Privadas, em áreas como História e Património Marítimo, História do Ambiente, História do Clima, dos Preços, História do Trabalho, História da Assistência e do Crédito.

Santiago de Luxán Meléndez

Título:

Los flujos del tabaco en la Carrera de Indias durante el siglo XVIII: el papel del archipiélago canario

Palavras-chave:

Carrera de Indias, Sistema atlántico del tabaco, Canarias.

Resumo:

En esta entrega nos proponemos abordar, en el marco cronológico del siglo XVIII, uno de los aspectos clave del funcionamiento del mo-

nopolio de tabacos, como es el del transporte del producto, o de la materia prima, principalmente desde La Habana a Canarias, teniendo como telón de fondo el tráfico general entre Cádiz y América. Es decir, pretendemos mostrar la inserción de un monopolio estatal primero solamente metropolitano, el del tabaco (desde 1730 en administración directa) pero, entre 1747-1786, generalizado al otro lado del atlántico, con la creación de la renta del tabaco en el Nuevo Mundo, dentro de un monopolio no estatal, la *Carrera de Indias*, en el que la Corona solo se reservó el 20% de los metales extraídos -el quinto real- y los derechos de aduana cobrados tanto en la metrópoli como en los puertos coloniales. El tema de la Carrera de Indias ha sido bien estudiado por la historiografía española. El de la inserción de Canarias y los flujos mercantiles propios entre el archipiélago canario y América, es también un tema clásico de la historiografía canaria y de sus Coloquios de Historia Canario-Americana. En esta comunicación queremos mostrar un aspecto específico de la Carrera, poniendo el acento, en primer lugar, en el sometimiento de un monopolio a las reglas de otro y, en segundo lugar, en la posición específica de las Islas Canarias.

Nota Biográfica:

Santiago de Luxán es catedrático de Historia e Instituciones Económicas de la Universidad de Las Palmas (España). Entre sus libros figuran: La opción agrícola e industrial del tabaco en Canarias. Una perspectiva institucional. Los orígenes, 1827-1936 y Cuba-Canarias-Sevilla. El estanco español y las Antillas (1717-1817); en colaboración con el Grupo de Estudios del Tabaco: Tabaco y economía en el siglo XVIII, El mercado del tabaco en España durante el siglo XVIII (del que fue editor), El monopolio español de tabacos en el siglo XVIII. Consumos y valores: una perspectiva regional y Política económica y gestión de la Renta del Tabaco en el siglo XVIII; fue editor de Tabaco e Historia Económica. Estudios sobre Fiscalidad, consumo y Empresa. (Siglos XVII-XX), En la actualidad IP y coordinador del proyecto La integración de las economías atlánticas: el papel del tabaco en los imperios ibéricos 1636-1832 (HAR2012-34535).

3º PAINEL

RESUMO DAS COMUNICAÇÕES

Artur Teodoro de Matos

Título:

Os Açores na defesa do comércio ibérico dos séculos XVI-XVII

Palavras-chave:

Atlântico; Açores; Armada das Ilhas; Provedor das Armadas; comércio.

Resumo:

A situação geográfica do arquipélago açoriano no meio do Atlântico e o regime de ventos e correntes a que estava sujeito, determinaram-lhe uma função determinante em todo o comércio marítimo, com especial notoriedade para o oriundo de África, Índia, e Américas Central e do Sul. A defesa desse comércio em local tão estratégico é sobretudo conseguida, através de estruturas que para o efeito foram propositadamente criadas. A organização de uma armada que anualmente ia esperar as naus vindas desses locais à altura das ilhas Flores e Corvo e, logo a seguir, a nomeação de um Provedor das Armadas nos Açores, constituem os aspectos essenciais desse apoio. Os aspectos tidos como essências na constituição dessa armada e o seu percurso através destes dois séculos, bem como o estudo das estruturas que a nomeação desse Provedor provocou, são os dois aspectos essenciais desta comunicação. Concluir-se-á com um balanço sobre a importância que as ilhas dos Açores efectivamente tiveram na defesa e salvaguarda desse tão rico comércio.

Nota Biográfica:

Nasceu na ilha de S. Jorge (Açores). Licenciado em história pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, ingressou na Universidade dos Açores onde se doutorou. Aqui organizou o departamento de História e o Centro de Estudos Gaspar Frutuoso, que dirigiu até ser nomeado vice-reitor em 1983. Posteriormente transferiu-se para a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa onde foi professor catedrático de História dos Descobrimentos e da Expansão

Portuguesa. Dirigiu o Departamento de História desta Faculdade e coordenou o mestrado de História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa que lançou em 1985, Criou e dirigiu o Centro de História de Além-Mar da mesma Universidade. Foi director do Centro de Pré-história e Arqueologia do Instituto de Investigação Científica Tropical e do Centro de Estudos Damião de Gois da CNCDP e do IAN/TT, em Lisboa.

De 1989 a 1991 fez uma comissão de serviço em Macau, onde organizou o Departamento de Estudos Portugueses onde lançou os mestrados de Estudos Asiáticos (variantes de história e literatura) e criou o Centro de Estudos Luso-Asiáticos.

Foi professor catedrático da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa, onde dirigiu a “Humanitas”, unidade de coordenação da investigação científica e, desde a sua criação, é membro da direcção do Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa da mesma Universidade. É actualmente investigador do Centro de História de Aquém e Além Mar da UNL e da UA.

É autor de diversa bibliografia sobre a História da Expansão Portuguesa.

José Damião Rodrigues

Título:

As ilhas, essas desconhecidas: a Atlantic history vista a partir da periferia insular

Palavras-chave:

Historiografia; Atlântico; Atlantic history; impérios.

Resumo:

Foi sobretudo a partir da década de 1980, sob a égide de Jack P. Greene e de Bernard Bailyn, que a Atlantic history anglo-saxónica adquiriu maior projecção, materializada em livros, cursos e seminários. Tomando

como unidade histórica de base o espaço atlântico e reclamando uma perspectiva integradora de todos os povos e regiões envolvidos nas dinâmicas de construção do “mundo atlântico”, a Atlantic history, apesar da sua ambição, não conseguiu ultrapassar alguns obstáculos epistemológicos. A sua recepção na Europa não-anglófona foi mais tardia e mais crítica, tendo sido questionado o carácter “inovador” da Atlantic history e o facto de as perspectivas adoptadas privilegiarem sobretudo o Atlântico Norte e, em particular, o Atlântico inglês/britânico. Não tendo a Atlantic history merecido em Portugal a atenção suficiente para gerar um debate alargado, nesta exposição pretendemos apresentar, em linhas gerais, as dinâmicas institucionais e historiográficas da Atlantic history, sublinhando algumas das lacunas que se lhe apontam, nomeadamente o silêncio relativo à historiografia insular mais recente.

Nota Biográfica:

Doutor em História (2001) e Professor Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Foi membro do Editorial Board da colecção “European Expansion and Indigenous Response”, da Brill; é membro da Comissão Científica de diversas revistas; e tem artigos e livros publicados e editados em Portugal, Espanha, França e Brasil. Participou e participa em diversos projectos nacionais e estrangeiros (Espanha, França, Brasil). Em termos de investigação, estuda as dimensões políticas e sociais do governo urbano nas cidades atlânticas e a questão dos reformismos de Setecentos e inícios de Oitocentos numa perspectiva de história comparada, de forma a permitir o diálogo com outras historiografias na linha das connected histories, procurando perceber como é que os reformismos setecentistas contribuíram — ou não — para a politização das sociedades e das identidades nos espaços imperiais do Atlântico português e ibérico.

M^a Montserrat Gárate Ojanguren

Título:

Flujos comerciales y financieros a través del Atlántico (1700-1850)

Palavras-chave:

Comercio colonial, flujos capitales, política colonial hispánica.

Resumo:

Los espacios de Ultramar durante el periodo señalado conocieron una expansión económica notable. Aquellos países con un notable imperio colonial como era el caso de Portugal o España, pudieron beneficiarse considerablemente durante el tiempo en que permaneció su control. No obstante, a comienzos del XIX, los procesos independentistas redujeron, cuando no anularon, los intercambios entre colonias y antiguas metrópolis. En el caso de Portugal, la influencia inglesa en Brasil limitó la capacidad de maniobra portuguesa en América en el terreno económico. En el caso de España, la permanencia de Cuba y Puerto Rico dentro del imperio, prolongó casi un siglo las relaciones fluidas entre metrópoli y colonias, a pesar de la gran pérdida de los espacios de Tierra Firme. Más aún, el crecimiento experimentado sobre todo en la Gran Antilla, dio lugar a un incremento de riqueza de la Isla, a grandes acumulaciones de capital y a que también, algunas manufacturas metropolitanas pudieran ser colocadas en el mercado cubano.

El trabajo que hoy se presenta pretende analizar los siguientes aspectos: 1) los movimientos de mercancías que se generaron entre Europa y América: manufacturas-coloniales, y 2) los flujos de capitales y sobre todo, los trasvases que desde América, se hicieron a Europa.

La magnitud de estos puntos nos lleva a sintetizarlo, dedicando un estudio más concreto a algunos géneros, tanto los europeos que surcaban el Atlántico, como los coloniales destinados a los mercados del Viejo Continente. Los pagos, cobros y compensaciones de aquellos intercambios es un aspecto a considerar como parte del propio esquema del tráfico entre ambas orillas. Por fin, los capitales originados por aquella actividad en América fueron en parte trasvasados a Europa, en forma

de inversiones industriales o financieras. La facilidad con la que se operaba en el terreno financiero y los efectos económicos de aquellos flujos en uno y otro lado del Atlántico, nos muestra una articulación e internacionalización de mercados, tanto de géneros como de capitales. Pero también nos plantea una cuestión: ¿fue simétrica la ventaja para los distintos espacios que intervenían?

Por lo que respecta al periodo cronológico elegido, se considera adecuado para valorar, en primer lugar, el crecimiento de los intercambios entre ambas orillas del Atlántico. El ritmo de ese crecimiento se aceleró sobre todo a partir del segundo tercio de la centuria. Y si bien el estudio de los flujos comerciales y financieros se ha prolongado más allá de la pérdida de una parte importante del imperio, sobre todo para el caso español, los movimientos financieros se prolongaron más allá de los procesos de independencia.

Nota Biográfica:

Catedrática de Historia e Instituciones económicas; profesora Emérita de la Universidad del País Vasco; miembro correspondiente de la Real Academia de la Historia. Entre sus obras relacionadas con el comercio americano destacan: *La Real Compañía Guipuzcoana de Caracas* (1990); *Comercio e Ilustración. La Real Compañía de La Habana* (1994); “Financial Circuits in Spain: Merchants and Bankers (1997)””; “Títulos nobiliarios en la Cuba española, siglos XVIII-XIX” (1999); “Circuitos comerciales y financieros entre México y Europa (1800-1850): la participación vasca” (2000); “La financiación de las compañías privilegiadas de comercio en la España del siglo XVIII” (2000); “La liquidación del monopolio tabaquero en Cuba y la consolidación de otros ejes atlánticos (1798-1817)” (2012).

Juan Marchena Fernández & Nayibe Gutierrez Montoya

Título:

Atacar as Ilhas /Defender as Ilhas. O funcionamento do sistema de fortificações do arquipélago dos Açores no contexto dos ciclos de guerras entre as monarquias Portuguesa e Espanhola na Idade Moderna. 1580-1585; 1640-1645; 1702-1714; 1762-1777.

Palavras-chave:

Guerra, fortificaciones, poliorcética, recursos, ingenieros, ciencia y técnica, expediciones, logística, reglamentos, ordenanzas, planes de defensa.

Resumo:

La importancia del archipiélago Açoriano fue puesta de manifiesto en cada uno de los enfrentamientos entre las dos coronas, española y portuguesa, sucedidos a lo largo de la Edad Moderna. En todos estos ciclos de guerra, las Azores fueron escenario de estos combates, para lo cual las islas fueron fortificadas y puestas en defensa aplicando los patrones más modernos de la época, conscientes ambas coronas de la necesidad de defenderlas y/o atacarlas. Otros estudios previos han analizado estas fortificaciones desde el punto de vista de la poliorcética; ahora pretendemos explicar cómo funcionaron en la práctica de la guerra desde el S. XVI al XVIII, cuál fue su operatividad real, cómo se desplegaron en el conjunto de las islas, como funcionaron en combate, cuál fue su capacidad real de resistencia ante ataques realizados a la moderna, cual fue la relación establecida en ellas entre obra de fortificación y guarnición militar, y entre ellas y el fuego artillero enemigo, los distintos reglamentos y planes de defensa que se confeccionaron para mejorar esta relación y optimizar su funcionamiento real en caso de combate, las formas, duración, alcance de los sitios a que fueron sometidas, etc... Y establecer algunas comparaciones con otros modelos de fortificación aplicados por la corona española en la misma época en las colonias americanas, siguiendo a veces las mismas

lógicas y las mismas técnicas de ataque/defensa, para saber el alcance de estos programas constructivos, sus éxitos y sus defectos.

Notas Biográficas:

Juan Marchena Fernandez. Doctor en Historia Americana, Universidad de Sevilla (1979) Catedrático de Historia de América de la Universidad Pablo de Olavide, director del Área de Historia Latinoamericana, director del Máster y Doctorado en dicha universidad. Doctor Honoris Causa por varias universidades americanas y la por la Universidad Nova de Lisboa. Director de proyectos de investigación en Colombia, Brasil, Argentina, México, Perú, Ecuador... Autor de más de 100 publicaciones científicas en Europa, EEUU y América Latina. Especialista de UNESCO para los programas de rehabilitación de ciudades históricas y recintos fortificados en América Latina. Autor de varios trabajos sobre esta materia.

Nayibe Gutierrez Montoya. Arquitecta y doctora en historia americana por la Universidad Pablo de Olavide. Profesora del Departamento de Geografía, Historia y Filosofía de dicha universidad. Investigadora adscrita por la universidad en varios proyectos internacionales sobre arquitectura, urbanismo y sociedad. Autora de diversos trabajos sobre La formación de los ingenieros militares en España y América, y sobre Ingeniería y fortificación en las ciudades americanas de la ilustración. Coordinadora del proyecto en la Universidad Nacional de Oriente, Yucatán, México, sobre La construcción tradicional en las ciudades del Caribe, y en el proyecto sobre Urbanismo y fronteras en la Amazonia (Brasil, Perú, Bolivia y Ecuador) de la AACID, Junta de Andalucía.

4º PAINEL

RESUMO DAS COMUNICAÇÕES

Amélia Polónia

Título:

Transferências inter-oceânicas: a Expansão Ultramarina Portuguesa na confluência de fluxos de comunicação entre o Mediterrâneo, o Atlântico e o Índico

Palavras-chave:

Transferências inter-oceânicas, Expansão Ultramarina Portuguesa, Primeira Idade Global, Mecanismos de globalização.

Resumo:

Esta comunicação pretende discutir a Expansão Ultramarina Portuguesa como responsável por dinâmicas de transferências globais na chamada Primeira Idade da Globalização, o período compreendido entre 1400 e 1800. As dinâmicas marítimas apresentam-se, de facto, neste período, como um agente central de comunicação e de globalização.

Esta contribuição visa, assim, questionar as interdependências, as complementaridades, as correlações, as dinâmicas interoceânicas e intercontinentais, que alimentaram um processo de cooperação e de transferências a um nível global. Navegação e transporte marítimo; redes de comércio; conexão entre mercados; fluxos populacionais entre o Mediterrâneo, o Atlântico e o Oceano Índico tornaram-se mecanismos de construção de um novo mundo, no qual prevalecem as articulações, mais do que as fronteiras entre universos até aí compartimentados.

O processo de expansão ultramarina portuguesa e a construção de um império colonial fornece, para além de evidências de confronto, de domínio e de subjugação, provas eloquentes sobre estas estratégias sincréticas. O trabalho irá discutir essa tese através de uma abordagem que privilegia a transferência de conhecimentos, de técnicas e tecnologias, de homens e de produtos, mas também de “naturezas”, de espécies cuja circulação transoceânica suscitou um processo de transformação ambiental a uma escala global. O Mar constituiu o veículo e a circulação marítima o meio de viabilização e de exponenciação de todos estes processos.

Nota Biográfica:

Amélia Polónia é professora associada com agregação e presidente do Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais da Universidade do Porto, onde lecciona desde 1985. Os seus principais interesses de investigação centram-se no domínio da História Marítima, em concreto no estudo de comunidades marítimas, história portuária, redes económicas e impactos ambientais da colonização e dos usos históricos dos mares – tópicos que desenvolve no âmbito do seu principal domínio disciplinar: a História da Expansão Portuguesa (1500-1800).

Investigadora do CITCEM (Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura/ Espaço/ Memória), Vice-Presidente da IMEHA (International Maritime History Economic Association), é actual Directora de História-Revista da FLUP..

Foi investigadora principal do DynCoopNet (Dynamic Complexity of Cooperation-Based Self-Organizing Commercial Networks in the First Global Age), um projecto do TECT/ EUROCORES/ESF e coordenadora do projeto HISPORTOS - Contribuição para o estudo dos Portos do Noroeste Português na Idade moderna (POCTI/HAR/36417/2000).

Co-editora de *Maritime History as Global History* (Newfoundland, 2011) e de *European Seaports in the Early Modern Age. A comparative approach*, é autora, entre outros, de *Expansão Ultramarina numa Perspectiva local. O porto de Vila do Conde no século XVI*, 2 vols. (Lisboa, 2007), de D. Henrique, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006 (Colecção Biografias dos Reis de Portugal) e de vários capítulos em livros, de que se destaca “Indivíduos e redes auto-organizadas na construção do império ultramarino português” in *Economia, Instituições e Império. Estudos em Homenagem a Joaquim Romero de Magalhães* (Coimbra, Almedina, 2012); “Jumping frontiers, crossing barriers. Transfers between oceans. The Portuguese overseas expansion case study” in *Oceans Connect: reflections on water worlds across time and space*, ed. Rila Mukherjee (Delhi, 2012) ; “European Seaports as Centres of Economic Growth from the Sixteenth through the Eighteenth Century” in *Shipping Efficiency and Economic Growth. 1350-1800*, coord. Richard Unger (Leiden, 2011); “Global interactions: Representations of the East and the Far East in Portugal (Sixteenth Century)” in *Networks in the First*

Global Age: 1400-1800 (Delhi, 2011); “Women’s participation in labour and business in the European Maritime Societies in the Early Modern Period” in *Il ruolo economico della famiglia. Secs. XIII-XVIII.*” (Prato, 2009), com Amândio Barros, de “Articulações Portugal / Brasil. Redes informais na construção do sistema Atlântico (séculos XVI – XVIII)” in *Políticas e Estratégias Administrativas no Mundo Atlântico* (Recife, 2012) e mais recentemente, Fernão Vaz Dourado – notas biográficas em contexto histórico in “Atlas de Fernão Vaz Dourado”, coord. João Carlos Garcia (Barcelona, 2013). “Portuguese Seaports as Gateways, 1500-1800” *Vanguards of Globalization: Port Cities from the Classical to the Modern*, ed. Rila Mukherjee (Delhi, 2013) e *The environmental impacts of the historical uses of the seas in the First Global Age. Connection between environmental history and maritime history*, edited by Vladislav Kotchetkov [Honorary Theme Editor], in “*Encyclopedia of Life Support Systems (EOLSS)*”. Developed under the Auspices of the UNESCO, Eolss Publishers, Oxford ,UK, [<http://www.eolss.net>]

Sandra Maria Gonçalves Monteiro

Título:

A posição geoestratégica dos Açores no Comércio Atlântico: o contributo do Concelho da Lagoa no período republicano

Palavras-chave:

Comércio; Atlântico; Lagoa; Primeira República.

Resumo:

Este estudo sobre a Posição Geoestratégica dos Açores no Comércio Atlântico: o contributo do Concelho da Lagoa no Período Republicano pretende abordar a relação entre o Concelho Lagoense e o Oceano Atlântico, demonstrando a ligação comercial do concelho com o mar, partindo da análise das Atas das Sessões da Câmara entre 1908 e 1933 que constam no Arquivo Municipal da Lagoa e da Correspondência

do Governo Civil entre 1911 e 1929 existentes na Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada.

Pretende-se saber qual o contributo lagoense nas relações comerciais atlânticas e qual a relação entre o comércio interno e a posição atlântica do concelho lagoense.

Ao longo do período em estudo, os abalos conjunturais da economia portuguesa passaram a depender de fatores um tanto diversos. O contágio das flutuações internacionais de preços em economias-mundo cada vez mais integradas por causa das migrações atingia a autoridade pública, desgastava os apoios sociais e determinava a posição variável dos interesses organizados perante o Estado. Ora, a economia nacional sendo uma economia periférica influenciada por dois fatores: o fator externo que consistia na inserção na economia-mundo e a nível interno, a política económica ou as medidas com que as instituições políticas exerciam efeito sobre os agentes privados e condicionavam dados que exprimissem crescimento ou desenvolvimento, eram determinantes na estagnação ou no crescimento da riqueza. Antes da Primeira Guerra Mundial, a instabilidade era pautada pelo problema de acesso político dos diferentes partidos. Os efeitos da guerra foram severos. A participação direta no conflito e a paragem dos fluxos das trocas internacionais agravaram os défices orçamentais e acarretaram graves problemas de financiamento da balança de pagamentos.

Os abalos da economia portuguesa passaram a depender de fatores como, o contágio das flutuações internacionais de preços em economias-mundo integradas, principalmente, pela migração de pessoas e de capitais atingindo a autoridade pública. Nas primeiras décadas do século XX, as finanças foram determinantes na mudança política, regrando as relações entre o público e o privado. As conjunturas políticas mais turbulentas geravam crises e quedas de governo associadas à deterioração das condições financeiras e a problemas sociais das regiões urbanas. Verifica-se então que o Atlântico permite preservar as diferenças, reconhecer as semelhanças e acima de tudo, fomentar as inter-relações.

Nota Biográfica:

Sandra Maria Gonçalves Monteiro nasceu em 1974, em Canelas, no concelho de Vila Nova de Gaia. Frequentou a Escola Secundária da sua terra natal e ingressou na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Naquela instituição, licenciou-se em História, ramo educacional, em 1997. Desde então exerceu as funções de docente no Ensino Básico e Secundário em vários estabelecimentos escolares do país. Paralelamente ao seu gosto pelo ensino enveredou na investigação e entre 2010-2012 frequentou o Mestrado em Património, Museologia e Desenvolvimento, na Universidade dos Açores, tendo dedicado várias investigações ao Concelho da Lagoa resultando em publicação de livros, a saber: “A distribuição pública de água na vila da Lagoa, S. Miguel, Açores” (2013); em parceria “Círculo de Amigos da Lagoa, S. Miguel, Açores” (2013) e “Gentes e Memórias do Concelho da Lagoa 1910-1933” (2014). Ainda os artigos: “O Concelho da Lagoa nas vésperas da Implantação da República (1908-1910)” e “Autos de Arrolamentos das Igrejas do Concelho da Lagoa (Lei de Separação do Estado das Igrejas)”. Atualmente é doutoranda em História Insular e Atlântica (sécs. XV-XX), investigadora do CHAM (FCSH/NOVA-UAc), membro da Direção do Instituto Cultural Padre João José Tavares, tendo organizado Ciclos de Conferências e Jornadas de História Local e colabora, ainda, com o jornal Diário da Lagoa.

Joaquim Romero Magalhães

Título:

Um Império sobre as ondas: dinâmicas e políticas do Atlântico no tempo de D. João III ou as preocupações de um rei absoluto

Resumo:

“(…) he forte cousa acudir a tantas partes que ainda que ouvesse de ser d’area quanto pedem nom se poderia apanhar tanta”¹.

¹ Carta de Fernão d’Alvares ao rei, 1534, Coleccção São Lourenço, I, 18).

A navegação do Atlântico Sul ou da América Central em direcção à Península Hispânica, passa forçosamente pelos Açores. A conjugação de ventos e correntes implica que as embarcações tenham que procurar a proximidade das Ilhas para a partir daí fazer a travessia de Oeste para Leste. Não por acaso logo no retorno da primeira viagem, quer Cristóvão Colombo (1492) como em seguida na de Vasco da Gama (1499), rumaram em direcção ao arquipélago. Movimento imposto pela situação natural, pela certa, mas também porque se tornava imperioso proceder a reabastecimento de água e víveres, e executar as reparações que as longas travessias pelo mar em fora tornavam indispensáveis.

A baía de Angra, a sua posição no conjunto das Ilhas do grupo central (Terceira, S. Jorge, Graciosa, Pico e Faial) e logo a sua acolhedora conformação, prestava-se especialmente a que nela as embarcações buscassem varar. Não seria difícil igualmente iludir quaisquer fiscalizações a embarques e desembarques de mercadorias. E preciosos produtos ali transitavam, metais preciosos provenientes das Américas e de África, especiarias e drogas da África e da Ásia. Para além de muitos outros atractivos para uma circulação mal vigiada – e que dificilmente poderia ser vigiada. Pelo que o contrabando naturalmente ocorre. Um império instalado em redes comerciais sem um funcionalismo presente em todos os pontos do longuíssimo percurso prestava-se a toda a espécie de fugas. O que não tardou a acontecer. E demorou a que fossem tomadas providências para evitar os descaminhos.

Decisões, proibições, fiscalizações. Mas o espaço era imenso, as tentações muito fortes. Pelo que houve que tomar medidas mais efectivas para controlar o movimento marítimo. Começam então, pelos anos 20 do século XVI, a organizar-se armadas de defesa das costas e dos movimentos da navegação. Andariam pela costa do território peninsular, com atenção especial ao Algarve e às proximidades do porto de Lisboa, pelas imediações do Estreito de Gibraltar, para prevenir o corso (e o contrabando que muitas vezes com o corso se mascarava). E o corso oriundo dos litorais do Mediterrâneo era já um perigo bem conhecido – que aliás as operações de contra-corso acompanhavam. A armada do Estreito era também precisa para acudir às praças conquistadas no litoral marroquino. Pelo que tinha que avançar em tempo de aflitos com

armas, provimentos e gente, da Andaluzia e do Algarve. As regiões da Andaluzia e do Algarve encontravam-se muito ligadas, nesse apoio às praças de Além em Marrocos que tinham que defender e aprovisionar. Em que se destaca o papel desempenhado pela feitoria na Andaluzia. Mais para Sul havia todo o trato das Ilhas, em especial da Madeira e Canárias e Cabo Verde e São Tomé. Preocupava sempre muito a Costa da Malagueta, donde provinha a paradisíaca vagem, e a Mina, do ouro fundamental para abastecer a cunhagem portuguesa de moeda. Do outro lado do Atlântico, pouco respeitadores do Tratado de Tordesilhas, os franceses procuravam ir tirando proveito do escambo do pau-brasil. Terra que Portugal ainda não aproveitara ou povoara, mas que pretendia conservar. E havia, sempre, que acompanhar e vigiar a tornaviagem da armada da Índia, que anualmente retornava do Oriente carregada de riquezas. O que implicava um tremendo esforço financeiro e uma atenção especial ao recrutamento de mareantes, para satisfazer todas estas necessidades. Mas uma atenção muito especial – e uma também muito empenhada despesa – havia que fazer com a construção naval. Encomenda de navios, compra de embarcações, equipamento e armamento, uma infinidade de operações e de preocupações que não havia como evitar.

Nota Biográfica:

Loulé, 18-04-1942. Licenciado em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (1967); Doutor em História Económica e Social (1984). Professor Auxiliar (1984), Professor Associado (1985) e Professor Catedrático (1994) da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Principais trabalhos publicados: *Para o estudo do Algarve económico durante o século XVI*, Lisboa, Edições Cosmos, 1970.

O Algarve económico 1600-1773, Lisboa, Editorial Estampa, 1988.

O alvorecer da Modernidade (coordenação), vol. III da *História de Portugal* dirigida por José Mattoso, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993.

Tranquilidade, História de uma Companhia de Seguros, Lisboa, publicação da Companhia de Seguros Tranquilidade, 1996.

“Economia de subsistência e economia monetária”, “O domínio terri-

torial”, “A reorganização dos territórios”, in Francisco Bethencourt e Kirti Chauduri, *História da Expansão Portuguesa*, Lisboa, Círculo de Leitores, vol. I-III, 1998.

O império português no século XVI, espaços e produtos, Lisboa, CN-CDP, 1999.

Vem aí a República! 1906-1910. Coimbra: Almedina Editora, 2009.

Outros dados curriculares: Professor convidado da École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris (1989 e 1999); Professor convidado da Universidade de São Paulo (1991 e 1997); Professor convidado da Yale University (2003); Sócio correspondente estrangeiro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (2001).

Presidente da Associação Académica de Coimbra (1964); Deputado à Assembleia Constituinte da República Portuguesa (1975-1976); Secretário de Estado da Orientação Pedagógica dos Governos presididos por Mário Soares (1976-1978); Presidente do Conselho Directivo (1985-1989 e 1991-1993) e Presidente do Conselho Científico (1989-1991) da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra; Presidente da Assembleia Municipal de Coimbra (1986-1998); Comissário-Geral (1999-2002) da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, director das revistas *Mare Liberum* (1997-1998) e *Oceanos* (1999-2001). Membro da Comissão Consultiva das Comemorações do Centenário da República (2009-2010).

Comendador da Ordem do Mérito Cultural do Brasil (1999), medalha Almirante Tamandaré de Mérito Naval do Brasil (1999), Grande Oficial da Ordem do Cruzeiro do Sul (2000), medalha de mérito da Fundação Joaquim Nabuco (2001) e Grande Benemérito do Real Gabinete de Leitura do Rio de Janeiro (2001); Grã-Cruz da Ordem do Infante D. Henrique (2002).

Justo Cuño Bonito

Título:

Portugueses en la Reconquista de la América Española (1815-1819)

Palavras-chave:

Independencia de América, Ejército Expedicionario, Pablo Morillo, Pascual Enrile, Cartagena de Indias, Santa Marta. Gregor MacGregor.

Resumo:

La Gaceta de Madrid anunció el 3 de diciembre de 1814 en un artículo de oficio, la circular del Ministerio de la Guerra en que el rey aprobaba el sorteo general de los regimientos de infantería de línea y ligeros que debían pasar a América por turnos. El objeto fundamental de la expedición era someter todos aquellos territorios que se habían alzado en contra del rey Fernando VII y restituirlos y someterlos nuevamente al control de la corona.

Palabras-chave: Independencia de América, Ejército Expedicionario, Pablo Morillo, Pascual Enrile, Cartagena de Indias, Santa Marta. Gregor MacGregor

Fue durante el año de 1814 y durante los meses de agosto, septiembre y octubre en que el general Pablo Morillo se ocupó de organizar su división, reforzarla y agregarle nuevas tropas. Algunas de los forzosos componentes del ejército de Morillo fueron artesanos, comerciantes y pescadores portugueses secuestrados en Cádiz por los militares españoles. La correspondencia conservada en los archivos portugueses nos muestra al cónsul portugués en Cádiz haciendo denodados esfuerzos para recuperar la libertad de los portugueses injustamente apresados por el ejército español, al tiempo que denunciaba el sistemático maltrato con que España pagaba la inestimable ayuda portuguesa a los españoles refugiados en Cádiz durante todos los años de independencia.

Como consecuencia y resultado de este sistemático maltrato y desprecio a los súbditos portugueses, alguno de ellos se enrolaría en los múltiples ejércitos que combatían a los españoles en América. Este fue el caso de Rosario Armenta, enrolado en el ejército del escocés Gregor

MacGregor, quien en 1819 ocuparía la importante plaza de Santa Marta, en el Caribe neogranadino.

Nota Biográfica:

Justo Cuño Bonito es doctor en Historia de América por la Universidad Pablo de Olavide de Sevilla. Actual Director-Coordenador de El Colegio de América, Centro de Estudios Avanzados para América Latina y El Caribe de la Universidad Pablo de Olavide de Sevilla, es codirector del Máster Virtual en Historia de América Latina “De la Ilustración al Mundo Contemporáneo” y Coordinador del Programa Oficial de Postgrado en Historia de América “Mundos Indígenas”. Ha publicado varios trabajos en libros de España y revistas internacionales sobre sectores populares, élites y participación política en los movimientos de independencia de Nueva Granada, Venezuela y Ecuador, la reinstalación del régimen de dominación colonial en la Nueva Granada entre 1815 y 1821 y estudios comparados sobre proyectos constitucionales en el período 1810 - 1825.

Susana Serpa Silva

Título:

Histórias dos mares dos Açores – um contributo para a História do Atlântico no século XIX

Palavras-chave:

Mar, Açores, século XIX, viagens, naufrágios, presença estrangeira, migrações, contrabando.

Resumo:

A importância geoestratégica do arquipélago dos Açores, situado no Atlântico norte e na encruzilhada de três continentes, remonta a um passado longínquo do qual não se pode subtrair o século XIX. A sua vasta área marítima, de águas ora calmas, ora agitadas ou tenebrosas,

foi parte incontornável de incontáveis travessias do oceano, de homens e de mulheres, com múltiplos rumos, interesses e objetivos. Viagens de exploração científica, de negócios, de lazer, de emigrantes em busca de melhor vida, tinham como ponto de passagem, de chegada ou de partida, os mares das ilhas, ainda que, infelizmente, nem sempre alcançassem o desfecho espectável ou desejado.

Veículo de separação e de contato, o mar dos Açores - continuidade das ilhas -, foi sempre espaço de aventuras e desventuras que marcaram a vida dos insulares e dos viajantes que por aqui passaram ou até se fixaram. Com base em documentação oficial (legislação, documentos do Ministério do Reino, correspondência dos Governos Cívicos), na imprensa, na literatura de viagens, em alguma epistolografia e iconografia, procuraremos deixar um breve contributo para a narrativa de histórias indissociáveis da História do Mar.

Nota Biográfica:

Doutorada em História Contemporânea pela Universidade dos Açores.

Docente do Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais, da mesma Universidade e do qual é atual diretora.

Investigadora integrada do CHAM (FCSH/NOVA-UAc) e investigadora convidada do LABIMI (Centro de Estudos de E(I)migração – Universidade Estadual do Rio de Janeiro).

É atualmente membro do projeto internacional STARACO – Universidade de Nantes.

Participa habitualmente em colóquios nacionais e internacionais, tem vários livros publicados como autora e em coordenação, assim como artigos em revistas da especialidade e atas.

5º PAINEL

RESUMO DAS COMUNICAÇÕES

Licínio Tomás

Título:

As Comunidades Marítimas entre desafios ambientais e indeterminações sociais

Palavras Chave:

Sociologia do ambiente, comunidades piscatórias, profissões, recursos marinhos, pescas.

Resumo:

Marcador de identidade, o oceano junta e, simultaneamente, separa as comunidades insulares na imensidão comunicante que o caracteriza. Ambiente descrito na literatura entre o pavor e o fascínio, o mar foi lugar de culto e de veneração. Sempre foi olhado com apreensão e temido, mas nunca deixou de ser a principal fonte de sustento de comunidades ancestrais e a sua razão de existência. Enraizada na sua história social, ainda hoje, a pesca continua a ser uma atividade essencial. No entanto, no momento atua, a pesca artesanal regride a favor do tipo de pesca industrial, situação que coloca os recursos piscatórios à beira do esgotamento. Por outro lado, a aquicultura está a ganhar terreno no ambiente marinho e transforma pescadores em criadores de peixes.

A resiliência das comunidades piscatórias face à globalização ainda é notória apesar da indubitável erosão das tradições, dos costumes e dos modos de vida. Atividade de todos os tempos, a pesca continua a constituir um pilar essencial na construção da economia insular e da vida social dos arquipélagos. Mas estes lugares de equilíbrio frágil encontram-se ameaçados pelas rápidas transformações e inclusão nas necessidades das economias mundializadas. O que fazer com os mares é uma opção de sociedade inerente à tão proclamada sustentabilidade ambiental; mas a predação a que se encontram votados resulta da insaciável procura dos recursos para satisfação das necessidades humanas que ditam mercados cada vez mais exigentes e competitivos. Apanhados no seio de contradições do tempo presente, as comunidades marítimas oscilam entre a continuidade e a desestruturação.

Repensar a dimensão identitária das comunidades marítimas, perante as problemáticas emergentes e os desafios do presente, é o tema da nossa proposta de comunicação, a qual tem como objetivo destacar as limitações socioeconómicas e as contradições sociais e políticas em que os pescadores e as suas comunidades estão hoje envolvidos.

Nota Biográfica:

É sociólogo e investigador, membro efectivo do Centro de Estudos Sociais desta Universidade (CES-UA), onde coordena, actualmente, o eixo de investigação sobre gerações ciclo de vida.

Concluiu a Licenciatura em Sociologia em 1987 na Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, instituição onde defendeu, em 1996, a dissertação para conclusão do Mestrado em Sociologia. Em Dezembro de 2004, obteve o grau de Doutor em Ciências Sociais na especialidade de Sociologia na Universidade dos Açores, tendo sido aprovado com louvor e distinção por unanimidade, em que defendeu a tese intitulada: “Novos Velhos. Idade e actividade na conjugação dos tempos de trabalho”, texto que deu origem à publicação: *Conjugação dos tempos de vida - Idade, trabalho e emprego*, tendo proferido algumas comunicações em congressos nacionais e internacionais sobre esta mesma temática. Publicou conjuntamente com Octávio de Medeiros: *Suor de Sal e de Mar: A profissão de pescador na era da globalização – Um estudo na Região Autónoma dos Açores*.

Participou em diversos estudos sócio-populacionais e de carácter interdisciplinar.

Actualmente, é professor auxiliar e docente do DHFCS da Universidade dos Açores, onde lecciona, entre outras, a cadeira de Políticas de Emprego e de Solidariedade ao mestrado em Ciências Sociais e Sociologia do Trabalho, Sociologia Económica na licenciatura em Sociologia, tendo participação lectiva em diferentes cursos de licenciatura e mestrado, nesta mesma Universidade.

Cristina Brito

Título:

O futuro da investigação sobre o passado dos oceanos

Palavras-chave:

História ambiental marinha; sistema sócio-ecológico; interdisciplinaridade; recursos vivos marinhos; histórias oceânicas.

Resumo:

A investigação histórica desempenha hoje em dia, e um pouco por todo o mundo, um papel cada vez mais determinante em várias vertentes das ciências marinhas. Esforços interdisciplinares têm permitido juntar o estudo do Homem e do mundo marinho, avançando no sentido da criação de um sistema sócio-ecológico integrado. Apesar de muitas questões científicas permanecerem ainda sem resposta, tem sido possível obter importantes desenvolvimentos nas abordagens conceptuais e metodológicas em vários domínios, desde a gestão de recursos marinhos até à tomada de decisões políticas e a indicação/alteração de “shifting baselines” para numerosas espécies e ecossistemas. Trabalhos a nível global têm sido desenvolvidos e os resultados de esforços conjuntos de cientistas e historiadores podem ser vistos em projetos como “History of Marine Animal Populations”. Atualmente, Portugal faz parte de um consórcio de trabalho no âmbito da ação europeia COST “Oceans Past Platform”. Esta ação tem como objetivo medir e compreender a importância e o valor para as sociedades da exploração dos recursos vivos marinhos, contribuindo para moldar o futuro das ações humanas nas zonas costeiras e oceanos. Prevê-se uma participação ativa de investigadores portugueses, tanto das ciências sociais como das naturais, visando uma resposta a diversas questões da história ambiental marinha, tais como as mudanças da perceção humana em relação aos oceanos e seus recursos. Espera-se que, de futuro, a investigação histórica possa continuar a contribuir para uma compreensão detalhada da história global das interações humanas com a vida nos oceanos.

Nota Biográfica:

Doutora em História, é bolsista da FCT e investigadora integrada no CHAM (FCSH/NOVA-UAc). É também sócia fundadora da Escola de Mar e presidente da direção da Associação Para as Ciências do Mar. Licenciada em Biologia (FCUL) e Mestre em Etologia (ISPA), especializou-se em estudos interdisciplinares e integrados vocacionados para a história das ciências, história ambiental marinha e conservação de espécies e habitats. Tem vários artigos e livros publicados e uma vasta experiência na recolha e análise de dados ecológicos, históricos e sócio-culturais, em Portugal, em centros de investigação europeus e em países africanos. Entre os seus interesses científicos contam-se a biologia e história dos mamíferos marinhos, a história da baleação, a história do Atlântico e dos descobrimentos portugueses nesta base oceânica. Para além disso, tem dedicado muito tempo à orientação de teses nas áreas da ecologia, conservação e história ambiental, bem como ao desenvolvimento de inúmeros programas de educação ambiental e de formação avançada.

José Bettencourt

Título:

Salvaguardar porquê? 7 anos de minimização do impacto sobre o património cultural subaquático no âmbito da construção do novo terminal de passageiros do porto da Horta

Palavras-chave:

Arqueologia marítima, Açores, Faial, gestão do património cultural.

Resumo:

Entre os maiores riscos à preservação do património cultural encontram-se os projectos de desenvolvimento de infra-estruturas no litoral, que ganharam em território português especial relevância nas últimas décadas. Estes incluem, quase sempre, profundas alterações na linha de costa ou

nos fundos submarinos, com potenciais consequências negativas sobre o património. As preocupações ambientais que surgiram ao longo das últimas décadas permitiram incluir nas políticas de gestão do território a análise de impactos sobre o património marítimo, em avaliações de impacto ambiental, e a consequente adopção de medidas de protecção e registo dos vestígios afectados por obras no litoral, continental e insular. O acompanhamento do “Projecto Integrado de Requalificação e Reordenamento da Frente Marítima da Cidade da Horta”, promovido pelo Governo dos Açores, permitiu ao CHAM desenvolver nos últimos anos um programa de arqueologia preventiva em larga escala. Nesta apresentação, pretende-se reflectir sobre as possibilidades e as fragilidades desta intervenção, no quadro da arqueologia de minimização efectuada até à data em Portugal.

Nota Biográfica:

Investigador do CHAM (FCSH/NOVA-UAc).

Entre 2000 e 2009 desenvolveu a sua actividade profissional no Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática, tendo co-dirigido a segunda fase dos trabalhos arqueológicos no sítio de naufrágio Ria de Aveiro A e participado em numerosos projectos e outras intervenções em sítios submersos no território português e em processos de gestão do património cultural subaquático.

Actualmente é bolseiro de doutoramento da FCT e docente convidado na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, onde lecciona disciplinas de Arqueologia Náutica e Subaquática. É ainda responsável pelos trabalhos de arqueologia marítima desenvolvidos pelo CHAM no âmbito dos projectos “Um navio ibérico para o Atlântico”, onde se estudam vários naufrágios ibéricos dos séculos XVI e XVII, e “Requalificação e Reordenamento da Frente Marítima da Cidade da Horta- obras marítimas”, sendo também co-responsável por outros projectos desenvolvidos na Ria de Aveiro, em São Julião da Barra (Cascais/ Oeiras), no Rio Arade ou no Funchal e pelo estudo do estaleiro naval do século XVII da Praça D. Luís e dos dois navios dos séculos XVII/XVIII encontrados recentemente em Lisboa.

Patrícia Carvalho

Título:

A louça de Aveiro nos Açores e a circulação de cerâmica no Atlântico nos séculos XVI e XVII

Palavras-chave:

Aveiro, cerâmica comum, Atlântico, Açores.

Resumo:

Nos trabalhos arqueológicos realizados nas últimas décadas no arquipélago dos Açores têm surgido diversos materiais de cerâmica comum com características formais e tecnológicas que parecem indicar uma proveniência da região de Aveiro-Ovar. Com vista à integração cultural destes vestígios pretende-se abordar a produção de cerâmica comum na região de Aveiro-Ovar durante os séculos XVI e XVII e a sua difusão no espaço Atlântico. Serão considerados vestígios arqueológicos no espaço atlântico e a análise de fontes escritas.

Nota Biográfica:

Investigadora do CHAM (FCSH/NOVA-UAc), é licenciada em História – variante de Arqueologia e mestre em História e Arqueologia dos Descobrimentos e Expansão Portuguesa pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, tendo desenvolvido trabalho sobre os estaleiros navais portugueses em Goa (1590-1640). Até 2008 foi bolseira do Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática, tendo co-dirigido a segunda fase dos trabalhos arqueológicos no sítio subaquático Ria de Aveiro A ao abrigo do projecto RAVA 2000, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, e participado em diversos projectos e outras intervenções em sítios submersos no território português. Entre 2008 e 2011 foi bolseira do projecto “Portugal e o Sul de Marrocos. Contactos e Confrontos, Séculos XV-XVIII” tendo desenvolvido investigação nas cidades de Azamor e Safim. Actualmente é bolseira de doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia e desenvolve investigação sobre um naufrágio de época moderna na região de Aveiro.

29 de novembro

Cine Teatro Lagoense, cidade de Lagoa

6º PAINEL

RESUMO DAS COMUNICAÇÕES

Carla Dâmaso, José Bettencourt & Márcia Dutra Pinto

Título:

Para a valorização do património marítimo do Atlântico: a exposição “Histórias que vêm do Mar” e outras iniciativas nos Açores

Palavras-chave:

Património Marítimo; Arqueologia Subaquática; Baleação; Divulgação.

Resumo:

A importância geoestratégica e das actividades nos Açores legaram um importante património marítimo em todas as ilhas do arquipélago. Este engloba o património subaquático (i.e. naufrágios, vestígios, artefactos arqueológicos submersos), naval (i.e. tipologias de navios/ técnicas de construção), náutico (i.e. técnicas de navegação e seus instrumentos) ou arquitectónico costeiro e ribeirinho (i.e. faróis, portos). Além deste legado material, o património marítimo engloba valores imateriais (i.e. testemunhos orais) e documentais. Este património é, indubitavelmente, um legado histórico que contribui para o conhecimento do passado e para a construção da identidade açoriana, sendo o seu estudo e divulgação a melhor forma de o salvaguardar.

É neste sentido, que entre as actividades do OMA – Observatório do Mar dos Açores, tem vindo a assumir cada vez mais relevo a salvaguarda e conhecimento do património marítimo dos Açores. De forma a estimular a comunidade com a realidade que lhe é intrínseca, o OMA tem vindo a adoptar medidas fortes na divulgação deste património, através de diversificadas publicações e exposições.

A exposição “Histórias que vêm do Mar” é um notável exemplo de divulgação do património marítimo dos Açores, juntando em parceria o Observatório do Mar dos Açores (OMA), o Centro de História de Aquém e de Além-Mar (CHAM-FCSH/NOVA-UAc), o Museu da Horta (MH), a Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada (BPARPD) e o Museu de Angra do Heroísmo (MAH). Foi inicialmente apresentada na Horta, na ilha do Faial, no âmbito do estudo dos vestígios subaquáticos recuperados durante os trabalhos arqueológicos

de minimização do projeto de requalificação e reordenamento da frente marítima daquela cidade. Após o término dos trabalhos, o OMA e o CHAM (FCSH/NOVA-UAc) uniram esforços para satisfazer a curiosidade da comunidade local em relação às descobertas efetuadas. Após a sua primeira apresentação, a exposição iniciou uma itinerância e crescimento, e rumou às ilhas de S. Miguel, Terceira e Pico, tendo sido alargada com painéis e peças associadas a estas ilhas, reunindo um acervo variado do qual se destacam presas de elefante, âncoras, botijas e outros objetos do quotidiano de bordo.

No entanto, o OMA tem levado a cabo outras iniciativas de interesse cultural para a região dos Açores relacionadas com o património marítimo. É o caso da salvaguarda, estudo e divulgação do património ligado à actividade baleeira nos Açores. Desde 2008, que a realização de exposições na temática da baleação tem sido uma forte componente, destacando-se, entre outras, as exposições “A Baleação no Faial: fase industrial (1940 - 1984)” e “Port of Call: Western Islands”, e que ultrapassaram as fronteiras nacionais e rumaram aos EUA, mais precisamente a New Bedford - emblemática cidade para a história da baleação mundial. Nesta apresentação, pretende-se discutir estas iniciativas, reflectindo sobre a importância que a promoção do património marítimo pode assumir no arquipélago.

Nota Biográfica:

Carla Dâmaso. É licenciada em Biologia Marinha e Pescas – Ramo Gestão Costeira, pela Universidade do Algarve e Mestre em Estudos Integrados dos Oceanos, pela Universidade dos Açores. A sua carreira académica e profissional tem-se desenvolvido na área das Pescas nos Açores, tendo sido responsável nos últimos anos por uma série de acções e publicações de divulgação científica, nomeadamente na área das pescas e promoção e valorização do pescado dos Açores. Membro da Direcção do OMA desde 2010, onde desempenha actualmente funções de Técnica Superior na área da Educação Ambiental e Divulgação Científica e Tecnológica.

Segue-se uma lista das acções e publicações mais relevantes.

Publicações Técnicas: Dâmaso, C. (2006). Relatório para a candidatu-

ra das Pescarias Demersais Açorianas à obtenção do Rótulo Ecológico “Friend of the Sea”. Arquivos do DOP: Série Relatórios Internos nº 3/2006. 95 pp.

Artigos em Revistas Científicas: Morato, T.; D.A. Varkey; C. Dâmaso; M. Machete, M. Santos, R. Prieto, R.S. Santos and T.J. Pitcher (2008). Testing a seamount effect on aggregating visitors. *Marine Ecology Progress Series*.

M. A. Silva; M. Machete; D. Reis; M. Santos, R. Prieto, C. Dâmaso and R. S. Santos. (2011). A review of interactions between cetaceans and fisheries in the Azores. *Aquatic Conserv: Mar. Freshw. Ecosyst*. 21: 17–27

Livros: Gallagher, L.; Porteiro, F. & Dâmaso, C. (2006). Guia do Consumidor dos Peixes Açorianos / Consumer’s Guide to Azorean Fish. *Fishpics & ImagDOP*. Departamento de Oceanografia e Pescas Uaç. 51 pp.

. Gallagher, L.; Porteiro, F. & Dâmaso, C. (2012). Guia do Consumidor dos Pescado dos Açores / Consumer’s Guide to Azorean Seafood. *Fishpics & ImagDOP*. Departamento de Oceanografia e Pescas Uaç. 102 pp.
Outras Publicações: Panfleto “Peixe dos Açores / Azorean Fish” – artigo promocional editado no âmbito do CEPROPESCA. 2006.

. Póster “Peixe dos Açores / Azorean Fish” – artigo promocional editado no âmbito do CEPROPESCA. 2006.

. Panfleto “Pescado dos Açores – Peixe de qualidade, capturado de forma sustentável” - artigo promocional editado no âmbito do CEPROPESCA. 2011. *In prep*.

. Poster “PESCADO DOS AÇORES, *sujeito a restrições de captura*” - artigo promocional editado no âmbito do CEPROPESCA. 2011. *In prep*.

Nota Biográfica:

Márcia Dutra Pinto. Antropóloga, com especialização em Gestão do Património e Acção Cultural (ISCSP) e pós-graduação em Ciências da Documentação e da Informação com variante Arquivo (UAç).

Desde 2008, que colabora com o OMA no resgate e inventariação do património móvel, imóvel e documental das antigas armações baleei-

ras do Faial e na dinamização da exposição permanente da Fábrica da Baleia de Porto Pim, onde aquela associação tem a sua sede. Com o OMA tem vindo a dedicar-se à divulgação do património baleeiro dos Açores, através da realização de exposições e publicações, destacando-se como responsável e coordenadora de diversas iniciativas como a exposição “A Baleação no Faial: fase industrial (1940 – 1980)”, ou mais recentemente “Port of Call: Western Islands”, ambas apresentadas no New Bedford Whaling Museum, instituição com que mantém estreitas relações e para onde foi convidada como Guest Curator, para desenvolver os novos conteúdos da Galeria do Baleeiro Açoriano. Destaca-se ainda como coordenadora do projecto “Inventário do Património Baleeiro Imóvel dos Açores – IPBIA” e dos “Roteiros Culturais dos Açores – Património Baleeiro”. É co-autora das publicações “Fábrica da Baleia de Porto Pim”, “A Baleação no Faial: fase industrial (1940 – 1984)” e “As Baleias nos Açores. Da caça ao Turismo”.

Jean-Yves Blot

Título:

Oceano e a Arqueologia do Longo prazo (inventário das memórias antrópicas em zonas abissais e diacronia transdisciplinar do estatuto de «detrito» da era industrial)

Palavras-chave:

Oceanografia arqueológica, Zonas Abissais, Pesca e arqueologia, Transdisciplinaridade, Deteção remota, Paisagem cultural marítima.

Resumo:

Em 1989, numa conferência proferida na Academia de Marinha de Lisboa, o biólogo marinho Luís Saldanha referiu as circunstâncias da descoberta, no terceiro quarto do século XIX, de uma nova espécie de esponja marinha trazida por pescadores da região de Setúbal, recolhida

a uma profundidade estimada que ultrapassava os mil (1000) metros. A nova espécie foi registada junto da comunidade científica internacional embora o investigador português, autor da identificação, tivesse omitido junto dos seus colegas a profundidade estimada indicada pelos pescadores.

A razão desta autocensura não tinha a ver com uma desconfiança técnica do investigador e analista perante o saber empírico dos pescadores, mas sim com um paradigma então em vigor (2^a metade séc. XIX) segundo o qual não existia vida no oceano abaixo das trezentas braças de profundidade.

O paradigma tinha sido instaurado um quarto de século antes, na sequência de uma expedição oceanográfica britânica no Mediterraneo oriental (1841).

A historiografia atesta, por outro lado, a extrema pertinência do saber empírico das comunidades piscatórias no momento de descrever a topografia do fundo do mar, inclusive em termos quantitativos e qualitativos (batimétrica/natureza e textura do fundo marinho) relacionados com transformações do biótopo e da cobertura sedimentar em determinadas áreas da costa continental portuguesa afectadas pela actividade humana ao longo do último meio milénio.

O etnógrafo Benjamim Pereira recenseou, entre fontes da bibliografia etnográfica portuguesa, as queixas contra a pesca de arrasto apresentadas pelas comunidades de Peniche e de Sesimbra às Cortes de Évora no final do século XV. A historiadora Virgínia Rau, por seu lado, assinalou as queixas apoiadas com registos batimétricos de pescadores de Sesimbra, no século XVII, acusando a transformação do fundo do mar no estuário do rio Sado na sequência de depósitos de areia de lastre efectuados por navios provenientes da Holanda para carregar sal.

No final do século XIX, o rei D. Carlos I, pioneiro da oceanografia em Portugal, referia com ironia o paradoxo científico da apanha rotineira de tubarões na fossa situada ao largo do Cabo Espichel, em profundidades superiores a um quilómetro (1000 m), enquanto ainda circulava nos meios científicos o paradigma das trezentas (300) braças abaixo das quais não existia vida no oceano.

Oceanografia Arqueológica

No início do século XIX, a especificidade geográfica e histórica do espaço oceânico associado à Z.E.E. portuguesa surge como uma oportunidade para conjugar olhares científicos com outros associados à sociedade em geral, tanto a nível da comunidade civil como ainda dos círculos militares.

Uma missão de arqueologia oceanográfica no Mediterrâneo central orientada para vestígios da antiguidade revelou há duas décadas a maneira como as marcas deixadas por grandes cetáceos marinhos podiam ser registadas no tecido sedimentar do fundo... no âmbito de uma publicação de âmbito arqueológico . A caracterização de marcas de cetáceos é praticada há muito pelos técnicos de detecção militar remota em busca de marcas deixadas por submarinos parados no fundo, no decurso de manobras militares de carácter potencialmente furtivo.

A arqueologia surge como o último parceiro potencial na diacronia do estudo das zonas profundas, levando à eclosão da noção de Oceanografia Arqueológica proposta há uma meia-década numa obra colectiva publicada pela Universidade de Princeton. A presença de várias fossas cortando a plataforma continental portuguesa, assim como o espaço oceânico em geral associado ao mar dos arquipélagos dos Açores e da Madeira permite hoje encarar a realidade patrimonial associada a antigas rotas transoceânicas assim como o potencial intrínseco do cruzamento de dados segundo uma vertente deliberadamente transdisciplinar. Cada vestígio de origem antrópica presente no fundo do mar surge não só como uma fonte para a arqueologia mas ainda como um indicador cronológico de alta resolução para o biótopo associado a estas memórias da actividade humana.

O recurso ao posicionamento diferencial por satélite, implementado há muito mais de uma década por parte da comunidade civil, nomeadamente da pesca de arrasto, assim como os dados provenientes da comunidade científica (biologia

geologia/sedimentologia) e militar relacionados com caracterização do fundo marinho levam a um desafio da sociedade em geral no momento

de compilar de maneira federativa os registos disponíveis existentes em todos os suportes disponíveis, desde a tradição oral da comunidade piscatória aos registos em papel da instrumentação eletrónica do universo analógico, até aos dados em suporte digital.

O conceito subjacente a este desafio de âmbito científico e social leva a reconsiderar a gestão, pela sociedade, da noção de «detrito», desde os vestígios «recicláveis» da era industrial até aos arquivos «desclassificados» da oceanografia civil ou militar, sem nunca esquecer a pertinência dos frágeis suportes da tradição oral abertos a uma Oceanografia Etnográfica cujo método fica por desenvolver, embora os investigadores do Museu Marítimo de Estocolmo tenham desbravado o terreno há já um terço de século, no contexto da «paisagem cultural marítima» do litoral da Escandinávia central. Compete hoje à comunidade científica e aos seus parceiros actuais e futuros criar as sinergias transdisciplinares capazes de estender o conceito de paisagem cultural marítima ao espaço oceânico *tout court* tendo em conta o estado da tecnologia associada aos dados já adquiridos.

Nota Biográfica:

O autor é arqueólogo do universo náutico.

É autor de diversos livros relacionados com a arqueologia submarina e detecção remota (La Méduse, Paris, Arthaud, 1981, Grand-Prix de l'Académie de Marine, Paris) (Archéologie sous-marine. Paris, Gallimard, 1995) (Fahrenheit 1759, coautoria de M. L. Pinheiro Blot, Lisboa, Subnauta, 2012- gradiometria magnética aplicada aos arqueosítios submarinos da batalha naval de Lagos, Agosto de 1759).

Desde 2002 dedicou-se à investigação da náutica tradicional chinesa no âmbito da análise estrutural de navios em madeira do passado (O Bambu Imperial (Norma e invenção nas embarcações tradicionais chinesas). Macau, Instituto Cultural, 2013).

Jean-Yves Blot é membro do CHAM (FCSH/NOVA-UAc) e doutorando em arqueologia naval (Paris 1-Sorbonne). Como professor convidado lecciona as cadeiras de Metodologia e de Detecção Remota do Curso de Pós-Graduação em Arqueologia Subaquática da Universidade Autónoma de Lisboa.

N'Zinga Oliveira

Título:

Vila Franca do Campo, entre a terra e o mar (séculos XVI-XX)

Palavras-chave:

Porto, Navegação, Vila Franca do Campo.

Resumo:

A presente comunicação pretende mostrar resumidamente, como o porto de Vila Franca do Campo representou a ligação mais importante desta Vila da Ilha de São Miguel, com os seus termos e outras vilas, entre os séculos XVI e XIX.

Na sequência da dinâmica das zonas portuárias da ilha, onde as respectivas estruturas funcionavam como apoio às embarcações responsáveis por efetuar todo o processo de transporte de mercadorias e pessoas, assistiu-se a uma concentração de atividades e agentes que interagem unidos por umnexo comum, o mar – via de comunicação (principal via de comunicação, atendendo à quase inexistência de vias terrestres).

Deste modo, numa primeira contextualização histórica, económica e geográfica do conjunto de espaços da costa de Vila Franca do Campo, foi possível localizar e avaliar a dimensão espacial, concluindo sobre a existência de um conjunto de pequenos varadouros e embarcadouros.

A evolução destes varadouros e em alguns casos, a intervenção humana para adaptações artificiais com fixação de estruturas portuárias que convergem num porto principal, são indicadores do movimento portuário e da sua relevância e constituem o ponto de partida para uma investigação multidisciplinar.

Das prospeções arqueológicas e da investigação documental conduzidas, sobre a área portuária e a zona de costa de vila, resultam evidências que colocam a navegação de cabotagem e a navegação atlântica claramente ao largo da costa da Vila e nas suas estruturas portuárias.

Nota Biográfica:

Licenciada em História - variante de Arqueologia, pela Universidade Nova de Lisboa e mestre em História Insular e Atlântica pela Universidade dos Açores. Arqueóloga de profissão, colabora e coordena projetos de investigação e salvaguarda de arqueologia subaquática e terrestre, em Portugal continental e no arquipélago dos Açores. É assistente de investigação do CHAM (FCSH/NOVA-UAc) onde colabora atualmente em projetos de Mediação Cultural e Educação Patrimonial, e consultoria na área do património arqueológico.

Ana Catarina Abrantes Garcia

Título:

*O funcionamento do sistema portuário de Angra (séculos XVI-XVIII).
Vestígios aquáticos e terrestres*

Palavras-chave:

Sistemas portuários, portos, Arqueologia Moderna, Açores, Angra.

Resumo:

As ilhas Atlânticas dos Açores desempenharam um papel essencial ao longo da Época Moderna na construção e sustentabilidade do império português. Neste contexto, o porto insular de Angra, localizado na ilha Terceira, foi essencial no apoio à escala das armadas oficiais, primeiro à Carreira da Índia e mais tarde da rota do Brasil facilitando muitas vezes o sucesso destes empreendimentos. Este espaço portuário foi contudo essencial também para o abastecimento de bens de primeira necessidade da ilha e do próprio arquipélago, oriundos tanto do reino, como da Madeira e mesmo dos mercados europeus, sendo aqui descarregados e só depois redistribuídos pelo arquipélago, estabelecendo assim uma permanente rede de contacto com as demais ilhas. De Angra foram também exportados produtos como vinho ou cereais, levando a

um contínuo movimento no porto de embarcações de pequeno e médio porte, sendo hoje o topónimo “Porto das Pipas” um dos indicadores da actividade do porto.

A geomorfologia deste espaço portuário, tanto terrestre como subaquático, foi determinante para a sua escolha como o porto de eleição para o apoio à navegação Atlântica, considerado então como o melhor porto dos Açores. Deste modo, iremos demonstrar em que medida o posicionamento das diversas estruturas portuárias terão ido ao encontro da natural geomorfologia do espaço, respondendo ao mesmo tempo à necessidade de se encontrarem bons locais para a carga e descarga de pessoas e géneros, ancoragem de navios ou mesmo o posicionamento dos sistemas de defesa e assistência do porto tendo em conta a natural limitação para a edificação de estruturas artificiais.

Tendo por base uma análise tanto de fontes históricas, cartográficas, geográficas como arqueológicas, o objectivo desta apresentação será demonstrar como as estruturas portuárias e a utilização do espaço terrestre e aquático foi evoluindo ao longo do período em estudo, no sentido de dar resposta às necessidades específicas deste porto insular.

Nota Biográfica:

É Assistente de Investigação do CHAM (FCSH/NOVA-UAc) desde Janeiro de 2010. Doutoranda da UNL-FCSH em História, especialidade Arqueologia, Outubro de 2011 e Bolseira de Doutoramento da FCT, (SFRH/BD/78673/2011). Mestre em História Insular e Atlântica pela UA (Açores), Abril 2009. Licenciatura em História-Arqueologia, pela UC-FLUC, Dezembro 1996. Investigadora dos projectos: “Um navio ibérico para o Atlântico: construção naval, vida a bordo e a escala de Angra nos séculos XVI e XVII”, CHAM, FCT- PTDC/HIS-ARQ/104084/2008; Projet internationale STARACO “et Couleurs dans l’Atlantique de l’Antiquité à nos jour” CRHIA (EA1163- Université de Nantes); “The Governance of Atlantic Ports (XIV-XXI century) - Policies and seaport structures” (Madrid, Casa de Velasquez, UNED); “O estaleiro naval da actual Praça de Dom Luís”. Escavação de estrutura portuária na praça D. Luís em Lisboa. Era-

Arqueologia, SA e CHAM; “A comunicação política na monarquia pluricontinental portuguesa (1580-1808): Reino, Atlântico e Brasil. Trabalhou entre 2001 e 2011 para o Governo Regional dos Açores na área da gestão do património arqueológico, terrestre e subaquático deste arquipélago tendo coordenado cientificamente diversas intervenções de Carta Arqueológica Subaquática dos Açores, com levantamentos sistemáticos do arquipélago para a identificação de sítios de naufrágio.

MESA REDONDA

O MAR NOS AÇORES DO FUTURO

Moderação:

Carmo Rodeia

Nota Biográfica:

Natural de Beja, é licenciada em Comunicação Social pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, tendo completado o Curso Livre de Verão de Jornalismo na Columbia University, em Nova Iorque, como bolsista da Fundação Luso Americana para o Desenvolvimento.

Jornalista desde 1986, trabalhou em vários órgãos de Comunicação Social, nomeadamente na Rádio Comercial, Correio da Manhã Rádio, RTP Açores, Diário de Notícias, Açoriano Oriental e Rádio TSF/Açores, onde desempenhou funções de repórter, pivot, editora e chefe de redação.

De entre os trabalhos publicados, destaque para duas grandes reportagens sobre o 6 de Junho de 1975 nos Açores e o Povoamento do Sul do Brasil pelos Açorianos, em formato de rádio e de imprensa. Destaque ainda para o documentário Vulcões Encantados, exibido na RTPA.

É autora dos livros “Açores- Ilhas de Sonho” e “Candelária- Os dias da luz”, com fotografia de José António Rodrigues e Victor Melo, respectivamente.

Interrompeu a atividade jornalística por dois momentos para desempenhar as funções de Assessora de Imprensa do Ministro Adjunto e da Juventude, em Lisboa, entre 1989 e 1991 e, de Chefe de Gabinete da Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada entre 2004 e 2008. Actualmente é docente na Licenciatura de Comunicação Social e Cultura, na Universidade dos Açores e comentadora residente no programa “Prova das Nove” da RTP Açores. Colabora, também, com a Diocese de Angra como jornalista no Sítio Igreja Açores.

Participantes na Mesa Redonda:

Carlos Amaral

Nota Biográfica:

Doutor em Filosofia pela Universidade dos Açores, é Mestre em Relações Internacionais pela Fletcher School of Law and Diplomacy, onde concluiu igualmente a parte curricular do curso de doutoramento, e licenciado em Filosofia pelo Amherst College – nos Estados Unidos. Professor Associado, com Agregação, do Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais da Universidade dos Açores e Director do respectivo curso de licenciatura em Estudos Europeus e Política internacional, é presidente do Conselho Pedagógico da Universidade açoriana. Detentor da Cátedra Jean Monnet da Universidade dos Açores atribuída pela Comissão Europeia, é membro do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século 20 da Universidade de Coimbra e integra ainda o Conselho Científico do Master em Estudos Europeus sobre o processo de construção europeia liderado pela Universidade de Siena. As suas actividades de ensino e investigação centram-se nos domínios da Filosofia Social e Política, dos Estudos Europeus e das Relações Internacionais, áreas em que tem vindo a publicar, na região, no país e no estrangeiro. Ao nível da prestação de serviços à comunidade, colabora, em particular, com o Governo Regional dos Açores e com as Escolas Secundárias do arquipélago e, no estrangeiro, com o Conselho da Europa, integrando o Grupo de Peritos Independentes do respectivo Congresso dos Poderes Locais e Regionais.

Jorge Bacelar Gouveia

Nota Biográfica:

Licenciado em Direito, na menção de Ciências Jurídico-Políticas, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com a classificação final de 16 valores (1989).

Mestre em Direito, na especialidade de Ciências Jurídico-Políticas, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com a classificação final de Bom com Distinção – 17 valores (1993).

Doutor em Direito, na especialidade de Direito Público, pela Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, com a classificação máxima de Aprovado com Distinção e Louvor, por unanimidade (1999).

Agregado em Direito, na especialidade de Direito Público, pela Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, tendo sido aprovado por unanimidade (2007).

Experiência profissional:

Professor Catedrático da NOVA Direito – Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa; Presidente do Conselho Científico da NOVA Direito – Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa; Professor Catedrático da Universidade Autónoma de Lisboa; Professor Visitante do Instituto de Estudos Superiores Militares (Portugal).

Coordenador dos Cursos de Doutoramento em Direito entre a NOVA Direito – Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa e o ISCTEM – Instituto Superior de Ciências e Tecnologia de Moçambique (Moçambique) – e a FDUAN – Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto (Angola).

Professor e Conferencista visitante de várias universidades brasileiras, designadamente Universidade de São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Federal de Mato Grosso.

Diretor do Mestrado em Direito e Segurança da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa (já com doze edições).

Coordenador do Doutoramento em Direito e Segurança da NOVA Direito – Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, com a associação do IESM – Instituto de Estudos Superiores Militares.

Advogado e Jurisconsulto.

Árbitro do CES – Conselho Económico e Social – e do CAAD – Centro de Arbitragem Administrativa.

Vasta bibliografia publicada, com mais de 150 títulos, sobre Direito Constitucional, Ciência Política, Direito Administrativo, Direito Internacional Público, Direito Comparado, Direito Fiscal, Direito Financeiro, Direito da Religião e Direito da Segurança.

Outras Atividades

Antigo Deputado à Assembleia da República de Portugal na XI Legislatura (2009-2011);

Ex-Presidente do OSCOT – Observatório sobre Segurança, Criminalidade Organizada e Terrorismo (2009); Presidente do IDiP - Instituto de Direito Público (2003-...) (www.idireitopublico.com); Antigo Vice-Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (com funções na área da inspeção e auditoria, entre outras) (2002-2005); Presidente do IDiLP - Instituto do Direito de Língua Portuguesa (2010-...) (www.idilp.net); Antigo Membro da Comissão da Liberdade Religiosa (2004-2009);

Diretor da ReDiP - Revista de Direito Público (2009-....); Presidente do CEDIS – Centro de Investigação & Desenvolvimento em Direito e Sociedade (2012-....) (www.cedis.fd.unl.pt); Antigo Presidente do Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa (eleito pela Assembleia da República) (2004-2008); Diretor da ReDiLP – Revista do Direito de Língua Portuguesa (2013-....); Diretor da RDeS – Revista de Direito e Segurança (2013-....); Presidente do Conselho Fiscal e Disciplinar do Sporting Clube de Portugal (2013-....); Presidente do IDeS – Instituto de Direito e Segurança (2013-....) (www.ides.pt).

Luz Paramio

Nota Biográfica:

Luz Paramio é Doutorada em Geografia pela Universidade dos Açores, especialista em Governança e Economia do Oceano. Licenciada em Ciências do Mar pela Universidade de Las Palmas de Gran Canaria (Espanha) e Mestre em Gestão Costeira e Marinha pela Universidade de Cádiz (Espanha). Desde 2001, exerce atividades de investigação na Universidade dos Açores na área da Geografia, em particular em Planeamento e Ordenamento do Território. Destacam-se, entre outros, os projetos relacionados com a Planeamento e Gestão das bacias hidrográficas dos Açores, os processos de designação dos Sítios Ramsar dos Açores e a proposta de Parque Marinho dos Açores.

Atualmente encontra-se a desenvolver na área da Economia do Mar, no Centro de Economia Aplicada do Atlântico (CEEAPLA) na Universidade dos Açores, o projeto de pós-doutoramento intitulado “Seavalue Project: The Value of Services Provided by the Sea of Azores: Contributions to Regional Development”. É membro integrado do Centro de Estudos do Ambiente e do Mar (CESAM) da Universidade de Aveiro e integra o corpo de investigadores da Linha de Investigação Sobre os Assuntos do Mar, LIAM, do Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa.

Ricardo Serrão Santos

Nota Biográfica:

Doutor em Biologia pela Universidade de Liverpool e pela Universidade dos Açores. É Investigador Principal na Universidade dos Açores e foi Presidente do IMAR-Instituto do Mar, coordenador Científico do Centro do IMAR da Universidade dos Açores e membro do Conselho coordenador de Laboratório associado LARSyS (Laboratório de Robótica e Sistemas em Engenharia e Ciência).

Diretor do Departamento de Oceanografia e Pesca da Universidade dos Açores (1997-2011); Pró-Reitor da Universidade dos Açores para o Campus da Horta (2003-2011); Pró-Reitor para os Assuntos do Mar da Universidade dos Açores (2011-2014).

Membro correspondente da Academia das Ciências de Lisboa e membro efetivo da Academia de Marinha de Lisboa. Membro do Conselho Científico do Instituto Oceanográfico de Paris e professor visitante da Universidade de Southampton. Vice-presidente do European Marine Board e presidente do EurOcean e da Fundação EurOcean.

Tem-se dedicado ao estudo da biodiversidade marinha e dos ecossistemas oceânicos. Em 2007 coordenou a reunião de peritos internacionais da Convenção da Diversidade Biológica da ONU que definiu os critérios científicos para a seleção de EBSA (Ecological and Biological Significant Areas) marinhas.

Tem mais de 300 trabalhos publicados (incluindo livros e capítulos de livros), dos quais cerca de 170 artigos em revistas científicas de impacto internacional. Membro dos conselhos editoriais de diversas revistas científicas internacionais: *acta ethologica* (Advisory Editor), *Journal of Marine Biology* (Associated Editor), *Marine Biodiversity* (Associated Editor), *Frontiers in Marine Science/ Marine Ecosystem Ecology* (Review Editor), tendo recentemente sido convidado para Editor Chefe de *Frontiers in Marine Science/ Deep-Sea Environments and Ecology* (Speciality Chief Editor).

Recebeu o galardão Gift to the Earth atribuído pelo World Wildlife Fund for Nature (2002), o prémio Rotary International 2007/2008 na categoria de ensino. Em 2008, foi nomeado pelo secretário-de-Estado da Defesa e Assuntos do Mar para a Direção do Fórum Permanente para os Assuntos do Mar enquanto Personalidade de Elevado Mérito e, em 2007, recebeu a nomeação honorífica de Embaixador Marítimo atribuída pelo Comissário Europeu para os Assuntos Marítimos. Em 2009 recebeu o prémio “Seeds of Science”, na categoria de Ciências da terra do Mar e da Atmosfera, atribuído pelo jornal *Ciência Hoje* e, no mesmo ano, foi galardoado com a Medalha Dourada de Mérito pela cidade da Horta. Em 2012 foi distinguido com a Insígnia Autonómica

de Reconhecimento pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e pelo Governo Regional dos Açores. Em 2013 foi investido com as insígnias da Ordem de São Carlos por S.A.S o príncipe Alberto do Mónaco.